



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

EM

DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

**O SABER AMBIENTAL DOS ASSENTADOS DO PROJETO
DARCI RIBEIRO NO CONTRIBUTO PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Autora: GISLENE DINIZ DOS SANTOS

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria José Nascimento Soares

FEVEREIRO - 2010
São Cristóvão – Sergipe
Brasil

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

**O SABER AMBIENTAL DOS ASSENTADOS DO PROJETO
DARCI RIBEIRO NO CONTRIBUTO PARA
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Autora: GISLENE DINIZ DOS SANTOS

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria José Nascimento Soares

FEVEREIRO - 2010
São Cristóvão – Sergipe
Brasil

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237s Santos, Gislene Diniz dos
O saber ambiental dos assentados do projeto Darci Ribeiro no
contributo para o desenvolvimento sustentável / Gislene Diniz dos
Santos. – São Cristóvão, 2010.
109 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)
– Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio
Ambiente, Programa Regional de Desenvolvimento e Meio
Ambiente, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa,
Universidade Federal de Sergipe, 2010.

Orientador: Profª. Drª. Maria José Nascimento Soares

1. Meio ambiente – Desenvolvimento sustentável. 2. Educação
ambiental. 3. Assentamentos humanos. 4. Assentamento Darci
Ribeiro – Itaporanga D’Ajuda/SE. I. Título.

CDU 502.131.1(813.7Itaporanga D’Ajuda)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

**O SABER AMBIENTAL DOS ASSENTADOS DO PROJETO
DARCI RIBEIRO NO CONTRIBUTO PARA
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Dissertação de Mestrado defendida por Gislene Diniz dos Santos e aprovada em 25 de fevereiro de 2010 pela banca examinadora constituída pelos doutores:

Prof^a Dr^a Maria José Nascimento Soares
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Prof^a Dr^a Maria Inez Oliveira Araújo
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Prof^a Dr^a Gicélia Mendes da Silva
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Prof^ª Dr^ª Maria José Nascimento Soares
Universidade Federal de Sergipe - UFS

É concedida ao Núcleo responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe permissão para disponibilizar, reproduzir cópias de dissertação e emprestar ou vender tais cópias.

GISLENE DINIZ DOS SANTOS
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Profª Dra MARIA JOSÉ NASCIMENTO SOARES
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Ao meu querido Tio Eguido (*in memoriam*),
À inesquecível D. Dilma Cardoso (*in memoriam*) e
Aos assentados do Projeto Darci Ribeiro

AGRADECIMENTOS

A Deus, este ser supremo e grandioso, que tanto tem iluminado os meus passos e que tem me conduzido ao caminho da sabedoria.

À Professora Maria José Nascimento Soares, pelas suas orientações e ensinamentos e pelo Amor à educação, que fica estampado em tudo que ela faz.

A Joézio, Doutor das Minhocas, como é carinhosamente chamado pelos assentados do Darci Ribeiro, por nos momentos difíceis dessa jornada me apoiar dizendo “aguenta mais um pouquinho!”

A Fernando Curado, por me ajudar a pensar desde quando o projeto era ainda uma sementinha. Como também a me ensinar a mergulhar no assentamento com respeito e humildade.

A Amauri Santos, Diretor da Associação Brasileira de Agroecologia/Nordeste e Fernando Curado, pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros, por me proporcionarem participar da Oficina de Sistematização de Informações Agroecológicas, em Brasília/DF, e do Seminário Sistematização de Experiências Agroecológicas, em Campina Grande/PB.

A Evandro Tupinambá, por me apresentar à comunidade e me dar total apoio e incentivo ao saber da minha pretensão em estudar Darci Ribeiro. E por ser um guardião dos assentados do Darci Ribeiro.

A Pedro Sebastião, pesquisador das questões sociais, pelas horas debruçadas em torno do trabalho e por me ensinar que o caminho está na simplicidade das coisas.

À Thaís, amiga de todas as horas, servidora do INCRA, que não mediu esforços para ajudar no levantamento das informações.

A Fontenelle, pelo apoio das informações e dados fornecidos.

Ao Dr. Lafayette, por acreditar no meu potencial e que esse meu sonho poderia se tornar possível.

Aos meus pais Nair e Otacílio, às minhas irmãs Gilza e Gilda, pelas inúmeras palavras de apoio e pelas orações imanadas para a conclusão desse trabalho.

À UFS, por me proporcionar a realização de um grande sonho, que era estudar na Universidade Federal de Sergipe.

À Secretaria do PRODEMA, em especial a Najó e Dona Julieta, por sempre me atenderem com muita gentileza e competência.

Aos colegas de mestrado da Turma 2008, em especial a Ana Mercedes e a Cleriston, por dividirem sempre as angústias e risos durante essa jornada.

À Suelen, pelos ensinamentos na digitação e diagramação do trabalho e pela troca de experiências acadêmicas.

A todos que fazem a Embrapa Tabuleiros Costeiros, em especial ao Dr. Edson Diogo, Chefe-Geral da Unidade, Alberto Teixeira Nery, Chefe-Adjunto de Administração, a João Quintino de Moura Filho, Supervisor de Setor e ao Dr. Edmar Ramos de Siqueira, pela oportunidade que me deram de aprender quando eu estava com sede de saber.

À Cida por me pegar na mão e me apresentar ao mundo encantador da Academia quando fomos juntas à Universidade Federal de Sergipe.

À amiga Pureza, por tudo que sonhamos e conquistamos na Embrapa Tabuleiros Costeiros e pelas horas dedicadas ao crescimento profissional.

Ao Pastor Carlos Magno, líder da igreja Grupo de Oração, no Eduardo Gomes, que tanto contribuiu no meu fortalecimento espiritual para que eu pudesse seguir adiante.

Ao amigo e médico Átalo Crispim, por ter sempre me ajudado a me encontrar e a solucionar os problemas do dia-a-dia e por sempre me dizer que eu conseguiria terminar o mestrado.

Aos assentados do Darci Ribeiro, por permitirem que eu invadissem os seus lares e suas roças em busca de informações e em especial à assentada Maria Aparecida e Sr. Passos.

A Jorge Oliveira, supervisor dos transportes da Embrapa Tabuleiros Costeiros, no apoio às visitas de campo.

À minha filha Vitória Fernanda, que veio ao mundo para trazer luz à minha vida!

O MASSACRE DA NATUREZA

*A natureza é a vida
 Que nesse planeta brotou
 Beleza indescritível
 Que ao poeta encantou
 Hoje ferida agoniza
 No seu leito sentindo a dor
 Da traição, da ganância
 De bocas vorazes em furor
 Com instintos ferozes
 Te consomem seus algozes
 Sem um mínimo gesto de pudor*

*Essa tal modernidade
 Fez tudo se atrapalhar
 Fez da natureza o homem se separar
 Acelerou o tempo
 Deixou perto o que era longe
 Mas não deu um fim na fome
 E aumentou mais a miséria
 E num jogo de quimera
 O progresso era
 A promessa pra acabar com a incerteza
 E assim se justificava
 A devastação da natureza*

*Enchentes, secas, frio e calor
 Toda demasia é sobra
 A natureza já não suporta
 Todo o mal que o progresso lhe causou
 Os rios viraram estradas desertas
 Um rastro de desgraça e pavor
 A ferro, fogo e intenção
 Deixaram a mata quarando no chão
 Cegaram os olhos d'água
 Fazendo do sol um tição*

*Agrotóxicos, transgênicos e enlatados
 O mal e o bem parecem estar do mesmo lado
 No mercado se faz a trama
 Decidindo o destino ou a sorte
 É pra isso que existe o mercado
 Não é só o coveiro que vive da morte
 O que será da água e do ar sem os arvoredos
 O que será da gente dos bichos sem a água, sem o ar
 O que será do mistério sem o segredo
 O que será da vida sem amor
 O que será da terra sem vida*

Pedro de Joana

RESUMO

Na atualidade mundial a questão ambiental tem sido o assunto que tem afetado todos os países muito embora essa preocupação não se tenha por igual responsabilidade. A exploração dos recursos naturais provocando o desequilíbrio ambiental é a razão de ser das preocupações com o futuro da vida no Planeta e o desmatamento é a prática cultural do homem moderno mais nociva para a sua própria existência e dos demais seres bióticos. Os assentados, em particular aqueles em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária tem se organizado para conservar e ou preservar o meio ambiente após o recebimento da terra. O presente estudo teve como foco principal de investigação compreender os saberes ambientais dos assentados no Projeto de Assentamento Darci Ribeiro, localizado no município de Itaporanga D'Ajuda/SE, na perspectiva de verificar *in loco* as formas explicativas da sua organização em relação com o meio ambiente e sua lógica de conservação e preservação de modo a promover o desenvolvimento sustentável. Para a concretização, o lume teórico revelado por Leff, Diegues e outros pensadores no assunto que direcionaram os rumos das investigações. Para tanto, foram realizadas por entrevistas semi-estruturadas, aplicação de questionários e da observação do cotidiano dos assentados. Os resultados alcançados revelaram que os assentados possuem um saber ambiental com base num potencial de preservação e conservação dos saberes adquiridos de geração a geração referente, em essência, ao uso da vegetação nativa tanto na alimentação humana como no uso e consumo de remédios ou “remédios do mato”, como dizem os assentados. Ressalta-se ainda sua capacidade produtiva como fonte abastecedora de produtos para a sua sobrevivência e em potencial para o mercado interno, promovendo o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: assentados; meio ambiente; saber ambiental

ABSTRACT

Now a days there is a world wide concern about the environment and this subject has affected all countries. However the commitment among the countries is not the same. The exploration of natural resources without rationality results in an environmental disaster, compromising the future of generations to come. Slashing the forest is a habit of the modern mankind that is the prejudicial not only to himself but also to other animals on earth. The settlers especially those from the Land Reform Program, organize themselves to preserve the environment after receiving the land. This study was focused in an investigation to understand the environmental knowledge of settlers from Darci Ribera's Project, located at Itaporanga County, to verify in loco, how they explain and organize themselves, in order to preserve the environment to reach a sustainable development. The work was based on theoretical concepts shown by Leff, Diegues and others thinkers, and was based on semi structured interviews, applications forms, and by observations of the day by day of settlers. The results obtained showed that settlers have a great amount of environmental knowledge, based in a potential of conservation and preservation, which has been passed from generation to generation, in how to use native vegetation not only as human food, but also as medicines, called by them "jungle medicines". It was also pointed out, their productive capacity in order to provide surviving products, with a potential for the internal market, in order to promote a sustainable development.

Key words: settlers, environment, environmental knowledge

SUMÁRIO

	Página
NOMENCLATURA	xiv
LISTA DE FIGURAS	xv
LISTA DE QUADROS	xvi
LISTA DE GRÁFICOS	xvii
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	1
1.1 – Introduzindo o problema de estudo	2
1.2 – Objeto de estudo	4
1.3 – Objetivos da Pesquisa	8
1.4– Metodologia e procedimentos adotados	8
CAPÍTULO 2 – OS DESERDADOS DA TERRA	12
2.1 – Origens e definições – Camponeses, um segmento das populações tradicionais	13
2.2 – Os camponeses e sua relação com o meio ambiente	17
2.3 – Os assentados e o MST: a consolidação de um processo	23
2.4 – Alternativas para a produção de alimentos na perspectiva do desenvolvimento sustentável	25
CAPÍTULO 3 – SABER AMBIENTAL	33
3.1 – Sociedades humanas e o saber ambiental	34
3.2 – Aspectos da educação, um contributo para o saber ambiental	41
3.3 – Contributos da cultura para o saber ambiental	46
3.4 – Saber cultural e meio ambiente	52
CAPÍTULO 4 - O SABER AMBIENTAL NO PROJETO DE ASSEMTAMENTO DARCI RIBEIRO – <i>Relatos</i>	55
4.1 – Um breve balanço da Reforma Agrária em Sergipe e a participação do MST ..	56
4.2 – A Trajetória dos assentados do Projeto Darci Ribeiro: da incerteza a beneficiários da Reforma Agrária	58

4.3 – O saber ambiental na produção da agricultura	61
4.3.1 – O saber ambiental advindo dos assentados	61
4.3.2 – A produção rural local em perspectiva e meio ambiente	65
4.3.3 – Extrativismo vegetal, uma essência do saber ambiental	67
4.3.3.1 – Plantas medicinais e o “remédio de mato”	67
4.3.3.2- Contributos do saber ambiental dos assentados para o desenvolvimento sustentável	78
4.3.3.3 – Artesanato, tecnologia rudimentar, arte ou cultura folk	80
4.3.4 – Gestão ambiental do Projeto de Assentamento	82
 CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
 ANEXOS	97
- Anexo A – Decreto de 25 de maio de 2005	98
- Anexo B – Portaria Nº 84, de 12 de dezembro de 2005.....	99
- Anexo C – Termo de Autorização 1.....	100
- Anexo D – Termo de Autorização 2	101
- Anexo E – Termo de Autorização 3	102
 APÊNDICES	103
- Apêndice A – Questionário I (assentados).....	104
- Apêndice B – Questionário II (lideranças).....	106
-Apêndice C – Roteiro de entrevista.....	108

NOMENCLATURA

SIGLAS

ADEMA -	Administração Estadual do Meio Ambiente
APL -	Arranjo Produtivo Local
CMMAD -	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CPT -	Comissão Pastoral da Terra
DOU -	Diário Oficial da União
DRP -	Diagnóstico Rápido Participativo
DRPA -	Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas
EMBRAPA -	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETASE -	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Sergipe
IBAMA -	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IET -	Índice Equivalente da Terra
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MEB -	Movimento de Educação de Base
MLC -	Movimento de Luta Camponesa
MST -	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PNUD -	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RPPN -	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RRA -	Rapid Rural Appraisad
SR – 23	Superintendência Regional do INCRA em Sergipe
STR -	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

LISTA DE FIGURAS

Número	Título	Página
Figura 1.1 -	Mapa de localização do Município de Itaporanga D' Ájuda.....	5
Figura 1.2 -	Mapa de localização do Assentamento no Município de Itaporanga D'Ájuda	5
Figura 4.1 -	Adubação no sistema de covas altas	63
Figura 4.2 -	Sistema de covas altas	63
Figura 4.3 -	Policultivo.....	64
Figura 4.4 -	Frutos do araçazeiro.....	67
Figura 4.5 -	Mangabeiras.....	68
Figura 4.6 -	Mangabeira com frutos	69
Figura 4.7 -	Barbatimão.....	70
Figura 4.8 -	Aroeira	71
Figura 4.9 -	Jurubeba.....	72
Figura 4.10 -	Abacateiro.....	72
Figura 4.11 -	Malva-branca	73
Figura 4.12 -	Sambacaitá.....	73
Figura 4.13 -	Gravilopes.....	73
Figura 4.14 -	Araçazeiro.....	74
Figura 4.15 -	Sete-dor.....	75
Figura 4.16 -	Anador	75
Figura 4.17 -	Mastruz	76
Figura 4.18 -	Boldo.....	76
Figura 4.19 -	Manjericão	77
Figura 4.20 -	Cidreira	77
Figura 4.21 -	Artesanatos confeccionados com cipó.....	81
Figura 4.22 -	Moringa usada por assentado.....	82

LISTA DE QUADRO

Número	Título	Página
4.1	Quadro Atual dos Conflitos Agrários em Sergipe	58

LISTA DE GRÁFICO

Número	Título	Página
4.1	Produção Rural do Projeto de Assentamento Darci Ribeiro.....	60
4.2	Vegetação Cultivada e Autóctone Utilizada em Alimentação e Remédio	80

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.0 – INTRODUÇÃO

1.1 – INTRODUZINDO O PROBLEMA DE ESTUDO

Na segunda metade dos anos 80 do século passado a discussão ambiental passou a fazer parte das agendas governamentais, demonstrando, destarte, o caráter problemático da relação sociedade e meio ambiente em suas várias dimensões política, econômica, social e cultural. A questão ambiental se define como um conjunto de contradições resultantes das interações internas no sistema social e deste com o meio ambiente o que tem caracterizado com o esgotamento dos recursos naturais, a destruição das nossas florestas; a expansão da vida urbana e demográfica; o crescimento acentuado das desigualdades sócio-econômicas.

Diante desse cenário que compromete a qualidade de vida e ameaça a continuidade da vida global no planeta, fui instigada a buscar informações para compreender melhor as questões ambientais que tanto atinge a nossa sociedade. Assim, ao cursar a disciplina “Desenvolvimento Rural no Brasil” em caráter especial ocorreu-me a oportunidade de reflexão mais acurada sobre essa problemática e outro elemento motivador foi a oportunidade de conhecer o Projeto de Gestão Ambiental da Embrapa Tabuleiros Costeiros¹.

O Projeto de Gestão Ambiental da Embrapa Tabuleiros Costeiros tem como objetivo geral sensibilizar e capacitar as populações locais na gestão ambiental participativa da Reserva do Caju, quanto aos objetivos específicos conhecer a realidade da população do entorno e sua relação com os ecossistemas; envolver a população do entorno no processo de gestão ambiental da Reserva; incentivar atividades econômicas sustentáveis nas comunidades do entorno; estimular estudantes e professores a estudar os diversos ecossistemas; viabilizar a constituição de um centro de referência em Educação Ambiental; promover a experimentação participativa e a transferência de tecnologias agroecológicas; ampliar a prospecção no Sítio Arqueológico da Reserva interagindo com

¹Esse projeto está sendo executado na Reserva do Caju, legalmente denominada Campo Experimental de Itaporanga, com área de 1.030 hectares, dos quais 860 estão em processo de implantação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN - (IBAMA/SE Proc. 02028.00098402-17), pertencente à Embrapa Tabuleiros Costeiros e está situada no município de Itaporanga d'Ajuda - SE, às margens da Rodovia SE 100, km 03 (11°07'S e 37°11'W), a 28 km de Aracaju.

saberes e capacitar produtores/estudantes em identificação e multiplicação de espécies florestais. (TUPINAMBÁ, 2005).

São desenvolvidas ações de formação, experimentação e transferência de tecnologias com enfoque agroecológico, contando com a participação efetiva das comunidades locais nesse processo, porquanto há uma grande necessidade de se entender as formas organizativas no entorno da Reserva, particularmente como os agricultores familiares do Assentamento Darci Ribeiro se relacionam com o meio ambiente.

Nesse contexto, o assentamento é um espaço preciso em que uma população encontra-se instalada por um longo período. Para Bergamasco “[...] podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando ao reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra” (1996, p.7).

A escolha pelo Projeto de Assentamento Darci Ribeiro se deu mediante a realização conjunta de uma visita com o pesquisador responsável pelo Campo Experimental de Itaporanga em novembro de 2007. Ao se observar o entorno aquele era um assentamento que as pessoas ainda viviam em barracas de lona, sendo visível uma situação de grande miserabilidade. Resolveu-se dialogar, informalmente, com um dos assentados, que relatou que seus companheiros estavam vivendo naquelas condições há dois anos, desde que tomaram posse da terra, e que o grande impasse era quanto ao local escolhido para a construção da agrovila, já que era tido como impróprio para a construção das casas por ser uma área de Mata Atlântica.

Depois dessa visita, surgiu a questão por que aqueles agricultores mesmo com a posse da terra estavam vivendo ainda situações tão precárias, por que mesmo assentados padeciam de total desamparo dos órgãos que deveriam legitimar as condições básicas de suas instalações e sobrevivência. Prosperou daí uma grande inquietação e vontade de compreender se mesmo vivendo sob aquelas condições os agricultores familiares do Projeto de Assentamento Darci Ribeiro possuíam saberes ambientais.

O presente estudo objetivou compreender os saberes ambientais dos assentados no Assentamento Darci Ribeiro, localizado no município Itaporanga D´Ajuda-SE, onde serão analisadas a lógica de preservação e conservação e a forma de organização da comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Para tanto, o referido estudo foi ancorado nas contribuições teóricas de Albaladejo (2000), Roué (1997), Veiga (2002), Leff (2001) entre outros, levando em conta que os assentados possuem saberes, técnicas e estratégias de produção agrícola de maneira que ao interagir de forma dialógica com técnicos agrícolas podem resultar numa reorganização dos sistemas de produção de modo mais sustentáveis do ponto de vista socioeconômico, cultural e ecológico, podendo ser compartilhado com outros assentados de assentamentos próximos ou distantes.

Assim sendo, o estudo vislumbra entender os saberes ambientais e sua consolidação para uma prática ambiental estimulando à conservação da natureza, a redução do consumo, o desenvolvimento sustentável com justiça social, a prática cidadã e a participação na organização do assentamento. Com esse propósito, entender-se-á os saberes ambientais utilizados pelos assentados de forma a apresentar as principais contribuições destes para a elaboração e sistematização dos procedimentos adotados para a conservação do meio ambiente.

1.2 – OBJETO DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada no Assentamento Rural Darci Ribeiro, distante 29 km da cidade de Aracaju, no entorno do Campo Experimental do Caju, propriedade da Embrapa Tabuleiros Costeiros², em Itaporanga D´Ajuda-SE, pelo fato de as populações locais terem uma relação com o ambiente em que vivem, pois dependem exclusivamente dele.

² O Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros, cuja assinatura-síntese é Embrapa Tabuleiros Costeiros, é um dos 37 (trinta e sete) centros de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, e, foi criado em 1993. Sua missão é viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do espaço rural dos tabuleiros costeiros, baixada litorânea e áreas adjacentes, com foco no agronegócio, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias em benefício da sociedade brasileira.

Seu modo de vida se define pelo trabalho que desenvolvem, pelas relações que estabelecem com a natureza e pelos conhecimentos que ainda conservam (herdados de seus antepassados), sobretudo na forma de como se produz.

O acesso ao Assentamento Darci Ribeiro é feito partindo da sede do município, através da BR 101, seguindo na SE 270, que liga Itaporanga D’Ajuda à praia de Caueira, na qual se percorre 12 km, em seguida, mais 4 km em estrada sem pavimentação até chegar a sede do assentamento (INCRA, 2005). A Figura 1.1 e 1.2 abaixo demonstra a sua localização no Estado de Sergipe e no município de Itaporanga D’Ajuda.

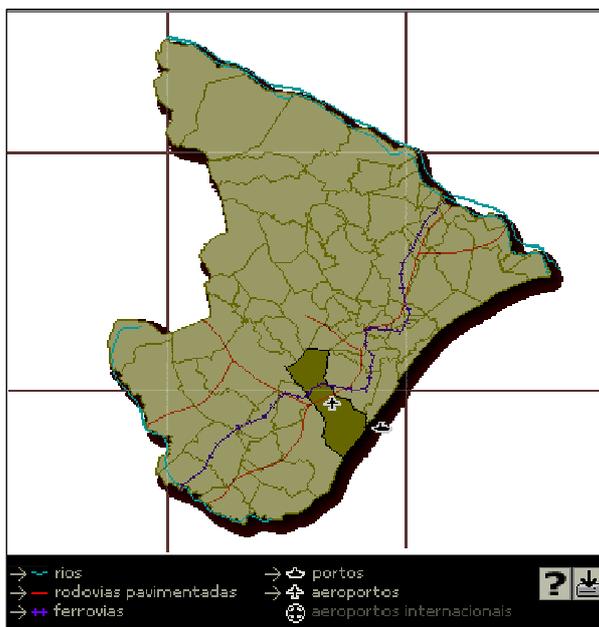


Figura 1.1 – Mapa de localização do Município de Itaporanga D’Ajuda/SE.
Fonte: IBGE, 2010

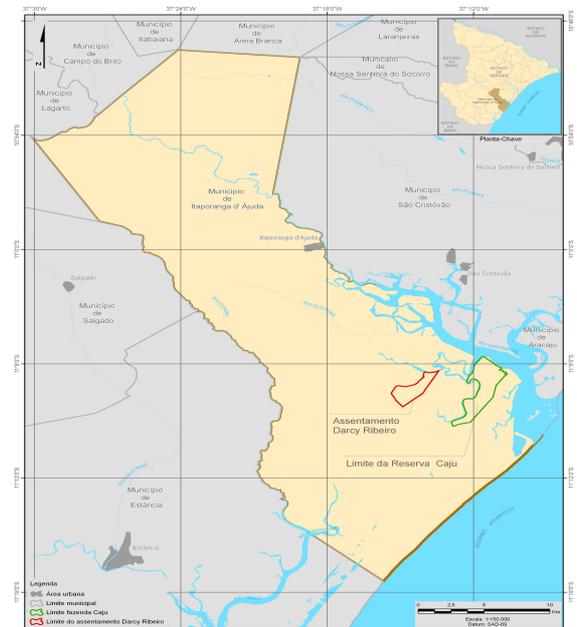


Figura 1.2 – Mapa de localização do Assentamento Darci Ribeiro no município de Itaporanga D’Ajuda/SE.
Fonte: IBGE, 2010

O Assentamento Darci Ribeiro é a junção das fazendas Bom Pastor e Caibro, situado no município de Itaporanga D’Ajuda-SE, declarado pelo Decreto N° 25/05/2005 como imóveis rurais para fins de reforma agrária e interesse social. Publicado no Diário Oficial da União - DOU em 27/05/2005 e cuja autorização para imissão de posse se deu em 07/12/2005. A superintendência do INCRA/SE, mediante a Portaria N° 84 de

12/12/2005, publicada no DOU em 30/12/2005, cria o Projeto de Assentamento Darci Ribeiro com a previsão de criação de 40 (quarenta) unidades agrícolas familiares.

Hoje, no Assentamento Darci Ribeiro estão assentadas 31 (trinta e uma) famílias oriundas de várias localidades do Estado de Sergipe e também de Alagoas e Pernambuco. Essas famílias ingressaram na luta pela terra com apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, travando uma batalha ao longo de quase sete anos até a fase definitiva de regularização do assentamento que ocorreu há três anos.

A vegetação original do assentamento é característica da Mata Atlântica, quase inexistente devido à ação antrópica. Está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Vaza Barris, na Sub-Bacia do Rio Água Boa. A fauna local se encontra bastante reduzida em razão do desmatamento e da caça predatória, mesmo assim, ainda é possível encontrar exemplares das seguintes espécies: sagüi, guaxinim, saruê, paca, cotia, raposa, perdiz, entre outros.

O relevo varia de suave ondulado ao forte ondulado, com predominância do forte ondulado, que possibilita o uso de máquinas agrícolas na maior parte da área. O solo é característico do Podzólico Vermelho Amarelo Tb A moderado textura média/argilosa, Podzólico Vermelho Amarelo Tb com fragipan A moderado textura média/argilosa e Podzólico Vermelho Amarelo Tb plúntico raso e não raso A moderado textura média/cascalhenta/argilosa (INCRA, 2005).

O município de Itaporanga D´Ajuda fica localizado a 29 km de Aracaju, na região Leste de Sergipe, o qual se ergueu em terras outrora dominadas pelo chefe indígena Surubi. Nestas terras habitavam os índios Tupinambás sob o comando do cacique Surubi. Felisbello Freire, (filho ilustre de Itaporanga e um dos mais reconhecidos intelectuais de Sergipe e do Brasil) afirma que desde o século XVI a região de Itaporanga já era conhecida.

Gaspar Lourenço, padre da Companhia de Jesus, fundou aldeia de catequese e edificou a igreja de Santo Inácio, seguida da igreja de São Paulo, mais próxima do mar. A

desconfiança indígena, gerada pela ganância dos colonizadores, interrompeu, até 1590, a conquista da terra, que se vinha processando pacificamente.

A partir de 1590 acontecia a violenta conquista do território sergipano, uma vez que os donos das sesmarias encontravam forte resistência dos índios. Pois, não aceitavam a escravidão e o roubo de suas férteis terras, e estes resistiram até a invasão dos holandeses a Sergipe. Depois da expulsão dos holandeses, os Portugueses identificaram a região como estratégica (militar e econômica) por conta do Rio Vaza-Barris.

Francisco de Sá Souto Maior tomou posse efetivamente das terras de Itaporanga em dezembro de 1753 e montou um grande engenho. No final da segunda metade do século XVIII havia em Itaporanga dez engenhos e vários portos foram construídos ao longo do Rio Vaza-Barris para escoar a produção. Distrito criado com a denominação de Itaporanga, pela lei provincial nº 135, de 30-01-1845. Elevado à categoria de vila com a denominação de Itaporanga, pela lei provincial nº 383, de 10-05-1854, desmembrado de São Cristóvão.

Segundo alguns historiadores, formou-se então a aldeia de São Paulo, ou Santo Inácio, em 30 de janeiro de 1845 que foi transformada em freguesia sob a invocação de Nossa Senhora da Ajuda. Nove anos depois, em primeiro de maio de 1854, a freguesia passa a ser vila apenas com nome de Itaporanga. O Município surgiu em 1854, passando a sua sede a vila e mais tarde a cidade, com o topônimo de Itaporanga, vocábulo de origem tupi que significa pedra bonita (ita-pedra, poranga-bonita).

Pelo Decreto Lei estadual Nº 377, de 31 de dezembro de 1943, revogado pelo Decreto Lei estadual Nº 533, de 07/12/1944, o município passou a denominar-se Irapiranga porque a legislação federal proibia a duplicidade de nomes. A partir de 1.º de janeiro de 1949 adotou a denominação de Itaporanga d’Ajuda por força da Lei Estadual n.º 123 de 09-01-1949.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2009), o município de Itaporanga D’Ajuda tem uma área de 757,28 km², localiza-se a uma latitude 10°59’53” sul e a uma longitude 37°18’38” oeste. Sua população em 2007 era de 28.131

habitantes; tem como bioma Mata Atlântica. Como municípios limítrofes: São Cristóvão, Lagarto, Estância, Salgado, Aracaju, Areia branca e Campo do Brito. Segundo o Relatório PNUD (2000), o Índice de Desenvolvimento Humano médio do município de Itaporanga D' Ajuda é de 0,638.

1.3 – OBJETIVOS DA PESQUISA

Esta pesquisa teve como objetivo geral compreender os saberes ambientais dos assentados no Assentamento Darci Ribeiro, situado no entorno da Reserva Ambiental do Caju, em Itaporanga D'Ájuda/SE, do qual procurou nessa trajetória identificar os saberes ambientais utilizados no cotidiano do Assentamento; descrever os saberes ambientais dos assentados; a utilização de procedimentos que contribuem para a conservação e explicar o uso desses saberes ambientais no sistema de produção, como objetivos específicos desse estudo.

1.4 – METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS ADOTADOS

Para a concretização desse estudo recorreu-se às contribuições teóricas de Cervo e Bervian (2002), que classificam a pesquisa científica como descritiva, bibliográfica, pesquisa experimental e estudos exploratórios. Para essa pesquisa, definiu-se como empírica de cunho descritivo, ou seja, delinea o que é sob a forma de descrição e registro, adotando-se quatro aspectos básicos, a saber: descrição, registro, análise e interpretação dos dados, objetivando compreender como os assentados utilizam os saberes ambientais no Assentamento.

No primeiro momento, investigou-se nos órgãos ligados à questão agrária, a saber: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Administração Estadual de Meio Ambiente – ADEMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA foram coletadas informações a respeito de laudos e processos que mobilizaram a organização do assentamento com a perspectiva de reconstruir o processo histórico da implantação do referido assentamento.

No segundo momento, foram coletados dados no campo empírico mediante aplicação de questionários com 31 (trinta e uma) famílias que residem no assentamento (Apêndice A), com vistas a caracterizar os sujeitos da pesquisa; aplicação de questionário para as lideranças do assentamento para averiguar as formas de organização (Apêndice B); e entrevistas semi-estruturadas aos assentados (Apêndice C) a fim de entender a lógica da permanência de luta pela conquista do assentamento, do uso de produtos químicos, períodos de plantio e de colheita no assentamento, dentre outras informações observadas no cotidiano do assentamento.

Paralelo o registro no diário de campo das observações e informações obtidas a partir das pequenas reuniões com os assentados, sobretudo, nas conversas informais quando relatam os saberes ambientais herdados dos pais. Utilizou-se o Diagnóstico Rápido e Participativo (DRP), que é uma metodologia que pode ser usada para conhecer, avaliar e planejar idéias, problemas, oportunidades, obstáculos locais e regionais. O DRP, pela sua origem, pode ser chamado também de Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas (DRPA). É uma metodologia de pesquisa qualitativa adaptada do Rapid Rural Appraisal (RRA), desenvolvida durante a década de 70 do século passado por técnicos de agências não-governamentais européias, que fomentavam projetos de desenvolvimento rural nos chamados países do Terceiro Mundo.

Segundo Chambers (1989), o Diagnóstico Rural Participativo é um termo utilizado para designar um conjunto de métodos e abordagens que possibilitam às comunidades compartilhar e analisar sua percepção acerca de suas condições de vida, planejar e agir. Para Curado; Santos e Silva (2003), as metodologias qualitativas de investigação se evidenciam no final da década de 60, inspiradas nas contribuições de diferentes campos do conhecimento como na chamada Educação Libertadora, de Paulo Freire, na investigação etnográfica da Antropologia Aplicada, nas técnicas de análise de agroecossistemas e nas pesquisas em sistemas de produção.

Este método foi criado como alternativa às pesquisas tradicionais, para facilitar o entendimento entre técnicos e produtores rurais especialmente aqueles com menor grau de escolaridade. O princípio básico do DRP preconiza que para obter informações mais próximas da realidade é necessário construir um canal de interação entre os técnicos e os

assentados. Segundo Gomes, Souza e Carvalho “[...] o recurso de aproximação é pelos olhos nos olhos entre o participante externo e o local, parecendo ser algo subjetivo, sem valor para a ciência, porém conquistar uma riqueza surpreendente nos resultados” (2001, p.68). Para os referidos autores o DRP é erguido sobre três pilares fundamentais: o da participação, o do comportamento e o das técnicas de campo. Quando se fala em participação quer se dizer tomar parte das decisões e também dos resultados. No tocante ao comportamento se refere ao sujeito como participante do processo de diagnóstico. E quanto às técnicas se referem a um repertório de contínua expansão, constituído por métodos dinâmicos de aprendizagem a partir da interação com os assentados.

Portanto, durante a pesquisa foram utilizadas Dinâmicas de Apresentação, Sensibilização e Conhecimento da realidade, pois se sabe que é de suma importância que os assentados estejam envolvidos para o desenvolvimento da referida pesquisa. Segundo Furtado (2000), as dinâmicas ajudam na medida em que possibilitem vivenciar situações reais que levam as pessoas a refletirem sobre si mesmas, suas atividades, suas potencialidades e seus problemas.

Com o propósito de compreender os saberes ambientais dos assentados no Assentamento Darci Ribeiro; os saberes ambientais e a utilização de procedimentos que contribuem para a conservação ambiental, esta dissertação foi estruturada em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, são apresentados o processo de construção desse estudo com breve introdução a respeito da temática em questão; a descrição dos objetivos e o método de análise propostos para atingir os objetivos, buscando-se compreender os saberes ambientais dos assentados no assentamento Darci Ribeiro.

No segundo, intitulado Os Deserdados da Terra, debruça-se na preocupação em revelar as origens e definições dos sujeitos de direito público da reforma agrária, isto é os camponeses. Nessa direção, procede-se a uma análise sobre os camponeses e sua relação com o meio ambiente os assentados e o MST.

O capítulo seguinte, intitulado Saber Ambiental, será abordado de modo a estabelecer uma análise sobre o saber ambiental, educação e cultura, verificando como as sociedades humanas produzem um saber ambiental e como esses saberes são transmitidos para outras gerações.

No quarto capítulo, designado O Saber Ambiental no Projeto de Assentamento Darci Ribeiro: relatos, são analisados os discursos extraídos das entrevistas e dos questionários respondidos pelos assentados; explica-se também o uso dos saberes ambientais no sistema de produção. Em seguida, são apresentadas as considerações finais, buscando-se apresentar as alternativas utilizadas pelos assentados acerca da conservação do meio ambiente e sua consciência ecológica.

CAPÍTULO 2

OS DESERDADOS DA TERRA

2.0 – OS DESERDADOS DA TERRA

2.1 – ORIGENS E DEFINIÇÕES: CAMPONESES, UM SEGMENTO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Com a desintegração das sociedades comunistas primitivas concomitantemente à formação do Estado, os camponeses, a camada social que permanece ligada à atividade rural não perderam o domínio sobre a terra, porém tinham que pagar tributos pelo seu uso ao Estado, geralmente todo o excedente da sua produção. Nos casos de impossibilidades decorrentes de fraca colheita ou desobediência, a pena era a escravidão (AQUINO; FRANCO; LOPES 1980).

Vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para sua mesa e para a do príncipe, do tecelão e do soldado, o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com a natureza. A céu aberto é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que se convencionou chamar de ciência.

Habitado igualmente a trocar aquilo que a terra produz, seus contatos sociais podem ocorrer tanto dentro da pequena localidade em que vive, como se estender a habitantes distantes, mais especificamente à população das cidades.

Em tempos remotos, a maioria da humanidade não vivia exclusivamente da caça e da coleta. A agricultura passou a ser a atividade dominante em inúmeras sociedades humanas. O cultivo da terra marcou de modo decisivo as formas de organizar a vida social. Os fundamentos dessa organização se ligaram simbolicamente à fecundação da terra, de modo que as sociedades assim organizadas foram denominadas agrárias. No passado, eram imensos impérios ou conglomerados humanos unidos, pelo princípio da obediência e identidade. Em tais sociedades havia uma população trabalhadora capaz de

produzir alimentos e artesanatos para a própria sobrevivência e em benefício daqueles que os subordinavam.

As cidades, além de centros cerimoniais, eram núcleos de atividade intelectual, comercial e política. As castas ou os estamentos que formavam esses núcleos dependiam física e socialmente do campesinato. Era preciso comer. Era preciso guerrear. Era preciso trocar. Era preciso explicar o mundo. Surgiram ofícios exclusivos, como os de poeta, profeta e sacerdote. Tudo e todos tornavam o camponês a base indispensável da reprodução social (MOURA, 1988).

Formas de coerção política e econômica foram geradas para assegurar o fluxo contínuo de bens e de trabalhadores para o exercício material das práticas sociais. Tais coerções são a base mediante a qual é possível entender a oposição entre dominantes e dominados, entre opressores e oprimidos. O campesinato foi segmento oprimido de qualquer sociedade. Em qualquer tempo e lugar a posição do camponês é marcada pela subordinação aos donos da terra e do poder, que dele extraem diferentes tipos de renda: renda em produto, renda em trabalho, renda em dinheiro.

Nessa direção, para se valer do trabalho camponês eram asseguradas certas facilidades por sistemas que envolviam obrigações distintas. Algumas sociedades dividiram a terra que o camponês cultivava em diferentes frações, nas quais o produto de seu trabalho, na primeira fração, abastecia sua família e sua aldeia; na segunda, abastecia a igreja e os sacerdotes; na terceira, produzia um *quantum* que era armazenado nos celeiros do príncipe e ali guardado para gradativa redistribuição. Em outras sociedades, a aldeia camponesa fora separada das terras do senhor. (MOURA, 1988).

Assim, o camponês cultivava a terra aldeã, de onde tirava seu sustento e o de sua família, e trabalhava as terras senhoriais. Os senhores da terra retribuíam o trabalho camponês com bens materiais e procedimentos simbólicos, capazes de renovar continuamente os laços de dependência e os mecanismos de coerção. Tais procedimentos tanto davam sentido ao conjunto da vida social como esmaeciam a relação de dominação que um camponês e senhor na diferença de propósitos e na oposição de interesses, salvaguardando as partes reveladas e secretas da relação social (MOURA, 1988).

Para tanto, pode-se descrever o camponês de diferentes maneiras. Uma delas é defini-lo como cultivador de pequenas extensões de terra, as quais controla diretamente com sua família. Esta visão é bastante difundida nos livros de ciências sociais, estabelecida pela influência de Marx³, e tem por objetivo identificar a condição camponesa com o controle direto sobre a terra onde habita e produz. Tal controle pode advir do costume ou da propriedade privada garantida pelo código civil. Moura (1988) denomina esse pequeno proprietário rural de camponês parcelar.

Num contexto de terras livres, assim entendidas as que ainda não foram privadamente apropriadas, os camponeses que aí residem, juridicamente denominados posseiros, trabalham apenas para seu próprio sustento. Se comparados àqueles que sofrem a exploração do senhor da terra, os posseiros dedicam à lavoura um tempo de trabalho menor. Além disso, vivem isolados e comercializam sua produção apenas eventualmente. No entanto, nada disso lhes retira a condição de lavradores e de subalternos.

Outra forma de definir o camponês, também encontrada nos livros de ciências sociais, é a de conceituá-lo como o cultivador que trabalha a terra, opondo-o àquele que dirige o empreendimento rural. Aqui, o conceito é estendido a todos os cultivadores que, por meio do seu trabalho e da sua família, se dedicam a plantar e transferir os excedentes de suas colheitas aos que não trabalham a terra. Ao mesmo tempo em que integra um grupo de trabalho familiar, que produz para sobreviver, algum tipo de engrenagem política e econômica encarrega-se de extrair-lhe compulsoriamente os excedentes gerados por sua produção, que garantem a existência de outros grupos sociais não-produtores. Assim, o camponês é um produtor que se define por oposição ao não-produtor, não importando se planta a terra ou se pesca no mar, conceituação esta defendida por antropólogos.

Cândido (1964) e Garcia Jr. (1983) distinguem camponês de pequeno produtor⁴. Enquanto para eles o conceito de camponês é vago e indefinido, os de pequeno produtor e pequena produção se inserem de modo imediato na polêmica sobre os modos de produção.

³ MARX, Karl. O capital. Várias edições. No capítulo “Acumulação primitiva” e nos textos sobre formas de renda e campesinato parcelar, obtém-se uma fração das idéias dos seus estudos sobre o camponês.

⁴Optar por um dos conceitos não é tão simples quanto possa parecer à primeira vista. Camponês e campesinato são conceitos de grande vitalidade, de grande força histórica, tanto teórica quanto empiricamente, o mesmo ocorrendo com o conceito de burguesia. Campesinato e burguesia são termos repletos de conteúdos culturais, tanto no plano social como no político (MOURA, 1988, p.13-14).

Argumentam que o pequeno produtor é o ator fundamental da produção mercantil simples, que precede a produção mercantil ampliada; esta, por sua vez, caracteriza o capitalismo.

No repertório lingüístico existe um número expressivo de palavras que se referem ao camponês. Através de algumas delas, ele é designado; através de outras, ele se autodefine. Desde remotas sociedades, textos literários, religiosos e políticos expressam o modo depreciativo pelo qual o poder visualiza esses anônimos sustentáculos dos banquetes e das guerras. Em Roma, *Paganus* designava o habitante dos campos, bem como o civil, em oposição à condição de soldado. Da palavra latina *pagus*, que tanto significa um território rural limitado por marcos, como também a aldeia camponesa, foiçou a palavra pago, que no Sul do Brasil designa o campo onde se nasceu; o rincão de origem (MOURA, 1988).

Paganus, em latim, foi transmutado em payan, no francês, e peasant, no inglês, que significam exatamente camponês. Tomando sentido diverso do acima mencionado, *paganus* se tornou paisano, em português o que não é militar. Mas, também resultou em pagão, que quer dizer não-cristão – aquele que precisa ser convertido. Na Alemanha do século XIII a Declinatio Rústica tinha seis significações diferentes para a palavra camponês: vilão, rústico, demônio, ladrão, bandido e saqueador; e, no plural, miseráveis, mendigos, mentirosos, vagabundos, escórias e infiéis.

Os próprios camponeses para se autodefinirem indicam, não raro, a aceitação de uma visão depreciativa acerca de seu modo de vida. Consciente de sua condição subalterna, o camponês se vê como o pobre e o fraco, reservando o antônimo para os proprietários das grandes extensões de terra, os profissionais que representam as agências do Estado e, de modo mais ou menos genérico, os habitantes do meio urbano. No entanto, no momento em que se identificam socialmente, não recorrem a qualquer designação humilhante. Um caipira não se autodenomina assim; ele se reconhece como aforante, agregado ou sitiante.

Num contexto distinto, mas referido diretamente às áreas rurais brasileiras, sabe-se que a designação bóia-fria é rejeitada pelos trabalhadores temporários, já que aponta para uma das privações mais odiosas de sua condição social, em agudo contraste com um

passado recente, em que a característica camponesa de seu trabalho permitia-lhe que um dos filhos fosse à roça entregar-lhe a refeição quente, na hora de ser consumida.

A origem camponesa, que etimologicamente vem de campo (*campus*, no latim), não é, no meio rural brasileiro, mais rica em conteúdo do que lavrador, que contém na raiz a palavra latina *labor*; esta não só quer dizer trabalho, mas possui também a conotação de esforço cansativo, dor e fadiga.

Na terminologia utilizada pelos camponeses, há palavras que denunciam sua vida oprimida, paradoxalmente farta de ritos, festas e representações. *Drudgery of labour* foi a fórmula mais próxima que os tradutores da obra do russo Chayanov encontraram para expressar, em inglês, toda a forma semiológica de *tyagostnost*, isto é, sofrimento do trabalho, expressão pela qual os camponeses russos calculavam o esforço despendido no trabalho da terra, frente aos retornos obtidos ou desejados. Inspirou-se Chayanov na categoria *tyagostnost* para a construção de uma teoria importante à compreensão do que é camponês, na qual a idéia de sofrimento e de sacrifício envolvendo o trabalho ocupa lugar central (MOURA, 1988).

O camponês é o trabalhador que se envolve diretamente com o meio ambiente, sabendo fazer uso dos recursos naturais e extraindo com sabedoria os produtos que dela necessitam para viver.

2.2 – OS CAMPONESES E SUA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

As culturas tradicionais estão associadas ao modo de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos. Culturas tradicionais, nessa perspectiva, são as que se desenvolvem dentro do modo de produção de pequena produção mercantil (DIEGUES, 1996).

Essas culturas se distinguem das associadas ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho, como a própria natureza, se transforma em objeto de compra e venda (mercadoria). Nesse sentido, a concepção e representação do mundo natural e seus recursos são essencialmente diferentes. Afirma que essas duas sociedades têm racionalidades intencionais diferentes, ou melhor, apresentam sistema de regras sociais conscientemente elaboradas para melhor atingir um conjunto de objetivos.

Para Godelier, citado por Diegues (1996), cada sistema econômico e social determina uma modalidade específica de exploração dos recursos naturais e de uso da força de trabalho humana e, conseqüentemente, utiliza normas específicas do “bom” e do “mau” uso dos recursos naturais; como exemplo, cita os caçadores brancos e os índios Naskapi, da península do Labrador, onde os primeiros caçam os animais para retirar e vender as peles, ao passo que os segundos o fazem para sua subsistência direta. Godelier (1984) afirma que tanto os caçadores brancos como os indígenas reproduzem sua sociedade e sua cultura por meio de suas atividades econômicas e do uso dos recursos naturais. Pois, os primeiros pertencem a um sistema econômico voltado para o lucro monetário, no qual a solidariedade familiar tradicional desapareceu e que, portanto, depredam os recursos naturais e os segundos pertencem ainda a uma sociedade cujo fim último é a reprodução dessa solidariedade e não a acumulação de bens e lucro, preservando os recursos naturais dos quais dependem para sobreviver.

Um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza para Godelier (1984), citado por Diegues (1996), é a noção de território, que pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar. Essa porção da natureza fornece, em primeiro lugar, a natureza do homem como espécie, mas também, “[...] os meios de subsistência; os meios de trabalho e produção; os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, os que compõem a estrutura determinada de uma sociedade [relações de parentesco etc.] (DIEGUES, 1996, p.83).

O território depende não somente do tipo de meio-físico explorado, mas também das relações sociais existentes. Para muitas populações tradicionais que exploram o meio marinho, o mar tem suas marcas de posse, geralmente pesqueiros de boa produtividade, descobertos e guardados cuidadosamente pelo pescador artesanal. Essas marcas podem ser físicas e visíveis, como as “caiçaras” instaladas nas lagunas de Mundaú e Manguaba (Alagoas). Elas podem também ser invisíveis, como os rasos, tassis, corubas, em geral lajes submersas onde há certa abundância de peixes no fundo.

Para as sociedades tradicionais camponesas, o território tem dimensões mais definidas, apesar de a agricultura itinerante, por meio do pousio, demarcar amplas áreas de uso, sem limites muito definidos. Muitas dessas áreas, como no caso das comunidades caiçaras de São Paulo, são comuns, isto é, posse de uma comunidade onde seus membros faziam suas roças. A terra em descanso ou o pousio é a marca da posse, onde depois de colhida a mandioca ficam os pés de banana, limão e outras árvores frutíferas. Nas comunidades mencionadas, é estreita a relação com a Mata Atlântica, nicho importante para sua reprodução social. Dali retiram a madeira para suas canoas, para a construção, equipamentos de pesca, instrumentos de trabalho, medicamentos (DIEGUES, 1996).

Algumas dessas sociedades se reproduzem, explorando uma multiplicidade de habitats: a floresta, os estuários, os mangues e as áreas já transformadas para fins agrícolas. A exploração desses habitats diversos exige não só um conhecimento aprofundado dos recursos naturais, da época de reprodução da espécie, mas a utilização de um calendário complexo dentro do qual se ajustam, com maior ou menor integração, os diversos usos dos ecossistemas.

Um aspecto relevante na definição de culturas tradicionais é a existência do sistema de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à sua exploração, dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esse sistema de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo conhecimento adquirido pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais.

Assim sendo, atuam como um espaço de reprodução econômica das relações sociais e que se constitua num lócus das representações e do imaginário mitológico dessa sociedade tradicional. A íntima relação do homem com seu meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparada ao do homem urbano-industrial faz com que os ciclos da natureza (a vinda de cardumes de peixes, a abundância nas roças) sejam associados a explicações míticas ou religiosas. As representações que essas populações fazem dos diversos habitats em que vivem também o meio-físico.

Para Mourão, citado por Diegues (1996), o caiçara tem um comportamento familiarizado com a mata, se adentrando nela para retirar os recursos de que precisa; ele também não tem receio de explorar os estuários e lagunas costeiras protegidas mediante suas técnicas de pesca, mas muitos têm verdadeiro pavor do mar aberto, do “mar afora” da “passagem da barra”, dos naufrágios e desgraças associadas ao oceano que não controla.

Nesse sentido, é importante analisar o sistema de representações, símbolos e mitos que essas populações tradicionais constroem, pois é com base nele que agem sobre o meio. É com base também nessas representações e no conhecimento empírico acumulado que desenvolvem seus sistemas tradicionais de manejo, que serão analisados mais adiante. O imaginário popular dos povos da floresta, rios e lagos brasileiros está repleto de entes mágicos que castigam os que destroem as florestas (Caipora, Curupira, Mãe da Mata, Boitatá); os que maltratam os animais da mata (anhangá); os que matam os animais em época de reprodução (Tapiora): os pescam mais que o necessário (Mãe d’água) (Câmara Cascudo, 1972). Assim, os moradores da várzea Marituba (Alagoas) têm várias lendas, como a da “Mãe d’Água”, que vira a canoa dos pescadores que são muitos ambiciosos e retiram desnecessariamente muito peixe da lagoa.

Em algumas sociedades tradicionais, certas áreas, tanto da floresta quanto de estuários e rios, são consideradas sagradas, e não devem ser utilizadas para atividades econômicas. Bourgoignie (1972), citado por Diegues (1996), descreve a interdição que os pescadores Tofinu, do Benim, respeitavam de não pescar em lugares da lagoa Nokoné, pois era lugar de descanso da deusa Anasi Gbégu. Pesquisas posteriores concluíram que nessas áreas se reproduziam os peixes capturados em outras partes da lagoa. A interdição religiosa contribuía para a conservação dos recursos pesqueiros. O autor analisa como os

desequilíbrios ecológicos provocados pela construção de um porto e a entrada dos Tofinu na economia de mercado contribuiu para desorganizar a cultura tradicional.

Nessa direção há necessidade de se aprofundar melhor a questão das representações, dos mitos e aspectos da religiosidade popular das populações tradicionais no Brasil, e se analisar até que ponto elas podem ser parte de uma nova política de conservação. Com isso, se poderá partir da visão dessas populações sobre a conservação, e ao das percepções das elites urbanas, que têm visões próprias e diferentes do que significa a “mata natural”, “o mar natural” dentre outras.

As sociedades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, estas sociedades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção é o conhecimento que os agricultores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, passado de geração em geração, e seus aspectos tradicionais são considerados um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância para a sobrevivência e o limitado desenvolvimento tecnológico proporciona que uma pequena interferência no meio ambiente seja pequena. Outros aspectos importantes que se podem destacar são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário); a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição. Na verdade, a conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura.

As culturas e sociedades tradicionais se caracterizam pela dependência com o meio ambiente, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis, a partir dos quais se constrói um modo de vida; pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral; pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; pela moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais

possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados (DIEGUES, 1996).

Assim, no assentamento encontram-se todos os camponeses com atividade de subsistência, muito importante à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio⁵ para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais, o qual é representado pelas simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e às atividades extrativistas e que utilizam uma tecnologia relativamente simples.

Um aspecto importante para a definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida é, sem dúvida, o de se reconhecer como pertencente àquele grupo social, em especial, nesse estudo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que organiza camponeses, trabalhadores, agricultores para se tornarem assentados em espaço de reforma agrária no Brasil.

A luta pela terra no Brasil assumiu características diferentes ao longo dos anos sendo evidenciada por meio dos vários conflitos que demonstram a dinâmica das populações rurais. Nos últimos anos, o MST conquistou espaços públicos para a divulgação da luta pela Reforma Agrária⁶ e contra a exclusão social.

Tornou-se um movimento reconhecido pela sua capacidade de organização, embora tal organização seja traduzida pelos meios de comunicação, como “os invasores de terra” onde insistem em rotulá-los como baderneiros, desocupados e agitadores que querem apenas tomar a propriedade dos outros. São abandonados pelo poder público, no âmbito dos direitos humanos fundamentais sem possuir quaisquer condições dignas de

⁵As relações sociais como o compadrio funciona como verdadeiras relações de produção, como afirmam Godelier (1984), uma vez que podem determinar a forma social de acesso aos recursos, colaboram na organização dos processos de trabalho e, finalmente, marcam a distribuição do trabalho individual ou coletivo. As relações de compadrio, em muitas dessas sociedades, facilitam o acesso a zonas de produção (pesca, por exemplo) que de outra forma seria interdito. Constituem-se também na base da solidariedade grupal, juntamente com outras formas de cooperação, como o mutirão.

⁶O termo Reforma Agrária comparece historicamente em tempos bem remotos. Pode-se considerar como exemplo a mudança institucional do sistema de posse da terra as tentativas levadas a efeito na antiga Esparta século III a.C. A questão agrária assume significado na Roma Antiga, desde o começo da fase republicana (discórdias entre patrícios e plebeus). Para aprofundar recomendamos a leitura do livro de José Gomes da Silva. A reforma agrária no Brasil, frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1971. E livros escritos por José de Souza Martins, especialmente, Reforma Agrária o impossível diálogo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

vida e de trabalho, levando-os à busca de conquistas sociais.

2.3 – OS ASSENTADOS E O MST: A CONSOLIDAÇÃO DE UM PROCESSO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST é atualmente a principal organização que continua reivindicando a implementação de uma reforma agrária no país e que impulsiona tomadas de decisões por parte das políticas públicas sociais. Essas políticas em geral são elaboradas por técnicos, muitas vezes distantes da realidade social dos assentados, que passam a ser considerados de forma abstrata, ignorando-se sua história, seus valores e interesses. Em decorrência, seus resultados são considerados negativos, uma vez que não obtêm o sucesso econômico esperado, provocando tensões entre os membros dos assentamentos e as entidades governamentais que são responsáveis por sua execução.

Alguns assentados⁷ costumam ter uma relação com o ambiente em que vivem porque dependem exclusivamente dele. Seu modo de vida se define por seu trabalho autônomo e por sua relação com a natureza⁸ de modo que os assentados procuram praticar a agricultura desenvolvendo suas atividades com os demais membros da família.

Diante de tal cenário será possível afirmar que esses assentados possuem conhecimentos ambientais para manter a conservação ambiental no assentamento de modo a apresentar uma consciência ecológica?

Nessa direção, os assentados encontram formas alternativas para tomar decisões de forma consciente, articulando os saberes recebidos dos seus antepassados, na perspectiva de apresentar soluções possíveis sobre a forma de agir como, por exemplo, uso de produtos químicos na produção de alimentos. Na verdade, a constante necessidade do

⁷ Entenda assentado como sendo um camponês com sua origem ao cultivo da terra e marcada pela labuta do trabalho no campo. A partir desse entendimento iremos privilegiar a expressão assentado em virtude da aproximação com o referencial teórico do MST e os autores que ancoram esse estudo.

⁸ Diegues, citando Branco (1989), descreve que a origem da palavra natureza vem do latim natura, que em suas raízes tinha o significado de 'ação de fazer nascer'. Natureza é, assim, a faculdade geradora, o princípio e o conjunto de tudo que nasce. A palavra natura corresponde à palavra physis, do grego, que significa nascimento, origem, força, geração, assim como substância, estado – sempre com uma conotação dinâmica, de mudança (1996, p. 19).

assentado de estar em plena sintonia com a Terra tem sua raiz na concepção de Well:

na sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivo certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, ou seja, ocasionada automaticamente pelo lugar, nascimento, profissão, meio. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber a quase totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios dos quais faz parte naturalmente (WELL, 2001, p.43).

Estar enraizado é estar no assentamento em sua própria morada, ou, em outras palavras significa sentir-se em casa. Vários são os elementos que constituem uma verdadeira morada que se podem considerar próprias, por exemplo, a história, a memória, as pessoas e os vínculos em que estão envolvidos cada assentado.

O enraizamento dos assentados no assentamento se constrói mediante a fixação deles no campo e o enraizamento se constrói a partir da pluralidade nos modelos de assentamentos rurais, além dos ecossistemas e da cultura, pois há outros fatores que interferem nessa dinâmica, por exemplo a localização geográfica, as condições climáticas, as formas organizativas dos assentados, dentre outros.

Nessa direção pode-se afirmar que a agroecologia⁹ é uma possibilidade de avanço para o assentado, apesar de ainda ser uma abordagem em construção, mas ela é que tem dado unidade à grande multiplicidade de experiências alternativas nos assentamentos. Essas experiências são muito diversificadas e têm se desenvolvido em diferentes áreas, como exemplo de valorização das sementes, do manejo ecológico do solo e dos animais, do manejo dos sistemas agroflorestais e dos recursos hídricos, dentre outros.

O ideal de sustentabilidade nos assentamentos exige que a agricultura seja entendida como uma construção social, ou seja, capaz de promover a construção do desenvolvimento rural sustentável, com base nos princípios da Agroecologia, objetivando o fortalecimento da agricultura familiar de modo a incentivar o pleno exercício da cidadania e a melhoria na qualidade de vida das pessoas que vivem nos assentamentos.

⁹ Para Gliessman “[...] A Agroecologia é o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, como também, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que necessitam ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável” (2000, p.56).

2.4 – ALTERNATIVAS PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para amenizar alguns problemas de ordem social, ambiental e econômica dos assentados pode-se fazer uso da internalização de uma alternativa para a produção, que é justamente a base da Agroecologia¹⁰. Conforme afirma Leff, “[...] o saber ambiental fertiliza o campo da agroecologia, articula seus saberes e práticas com uma nova teoria da produção e os constitui na ponta de lança e em um pilar para a construção de uma racionalidade produtiva alternativa” (2002, p. 44). Portanto, contribui para a construção de um paradigma¹¹ produtivo ao mostrar a possibilidade de produzir em harmonia com a natureza, fundamentado na sustentabilidade do ecossistema.

A abordagem agroecológica propõe mudanças profundas nos sistemas e nas formas de produção. Na base dessa mudança está a maneira de se produzir de acordo com as leis e as dinâmicas que regem os ecossistemas, ou seja, uma produção com e não contra a natureza. Entretanto três fatores fundamentais devem ser contemplados nessa problemática: a equidade como um indicador fundamental da sustentabilidade dos agroecossistemas; a diversidade e a compatibilidade cultural como base de construção de agroecossistemas e de uma pedagogia de troca de saberes; a relação entre território disponível e capacidade de suporte dos ecossistemas e sua organização espacial/territorial necessária ao desenvolvimento de sistemas agroecológicos de produção, conforme assinala Silva (2000).

Para Leff (2002), a agroecologia se assenta nas condições locais e na singularidade de suas práticas culturais. Ela é a fusão de uma constelação de múltiplos saberes e conhecimentos. Dessa maneira, a agroecologia como instrumento do desenvolvimento sustentável tem como base as experiências produtivas da agricultura ecológica, para elaborar propostas de ação social coletiva que enfrentam a lógica depredadora do nosso

¹⁰ O termo surgiu de um processo de interação entre os produtores, os pesquisadores e os professores mais comprometidos com a busca de estratégias sustentáveis para serem disponibilizados como produção alternativa. Altieri (1987), mestre fundador das ciências e técnicas da Agroecologia, define-a como “as bases científicas para uma agricultura alternativa”.

¹¹ Kuhn considera “[...] paradigmas as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.” (1975, p. 13).

sistema econômico, a fim de que seja possível a construção de uma agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável. Ela sugere o envolvimento dos assentados numa realidade de assentamento, de modo a aceitar em pé de igualdade o seu conhecimento e seus saberes de forma articulada. Pois, “[...] as práticas agroecológicas nos remetem à recuperação dos saberes tradicionais, a um passado no qual o humano era dono do seu saber, a um tempo em que seu saber marcava um lugar no mundo e um sentido da existência” (2002, p. 36).

Para tanto, essas práticas se consolidam sobre o conhecimento tradicional, combinando conhecimentos com elementos da ciência agrícola. As técnicas resultantes do processo são ecologicamente apropriadas, pois permitem a incorporação de novos elementos às práticas tradicionais de manejo, elevando a capacidade produtiva sustentável do ecossistema.

O ecossistema é um sistema aberto integrado pelos organismos vivos inclusive o homem e os elementos (que compõem toda a matéria) não vivos de um setor ambiental definido no tempo e no espaço cujas propriedades globais de funcionamento e autorregulação derivam da interação entre seus componentes, tanto pertencentes aos sistemas naturais como aqueles modificados ou organizados pelo próprio homem.

Sabe-se que o ecossistema terrestre não é capaz de sustentar indefinidamente o nível de atividade econômica e do consumo de matéria-prima, necessitando, portanto, novas posturas a serem adotadas pelos sujeitos com relação à natureza. A questão da sustentabilidade requer um padrão de vida dentro dos limites impostos por ela. Para Leff (2001), o conceito de sustentabilidade surge do reconhecimento da função de suporte da natureza, como uma possível condição e potencial do processo de globalização, o qual traz em si a

exploração da natureza com proveitos e rejeitos distribuídos desigualmente. Vê-se, também, que junto com o processo de globalização há, ao mesmo tempo, a dominação da natureza e da dominação de alguns homens sobre outros homens, da cultura européia sobre outras culturas e povos, e dos homens sobre as mulheres por todo o lado (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 25).

Nessa perspectiva, a agroecologia possibilita aplicar os saberes no assentamento, potencializando e capacitando agricultores mediante “[...] o reconhecimento da importância do saber local na consecução do desenvolvimento sustentável” (MELO E SOUZA, 2007, p. 35).

Nos agroecossistemas tradicionais, a predominância de sistemas de cultivo complexos e diversificados é de suma importância para os assentados, na medida em que as interações entre plantas cultivadas, animais e árvores resultam em sinergismos benéficos que permitem aos agroecossistemas promover sua própria fertilidade de solo, controle de pragas e produtividade (ALTIERI, 1998).

O plantio intercalado, muito utilizado pelos assentados se constitui numa forma de beneficiar sua capacidade nos sistemas de cultivo porque podem reutilizar seus próprios estoques de nutriente. A tendência de algumas culturas de exaurir o solo é contrabalançada por meio do cultivo intercalado de outras espécies que enriquecem o solo com matéria orgânica. O nitrogênio do solo, por exemplo, pode ser incrementado com a incorporação de leguminosas à mistura de cultivos, e a assimilação de fósforo pode ser intensificada com o plantio de espécies que estimulem as associações com micorrizas (VANDERMEER, apud ALTIERI, 1998).

A base produtiva econômica através da exploração dos recursos naturais utilizada pelas comunidades tradicionais enseja uma baixa presença de pragas, implicando numa reduzida perda dos gêneros produzidos, e isso ocorre em virtude da manutenção e convivência de uma biodiversidade. Pois,

o consorciamento de distintas espécies ajuda a criar *habitats* para os inimigos naturais das pragas, bem como hospedeiros alternativos para as mesmas. Um cultivo pode ser utilizado como hospedeiro diversivo, protegendo de riscos outros cultivos mais suscetíveis ou mais valorizados economicamente. A grande diversidade de espécies desenvolvendo-se simultaneamente em policultivos ajuda na prevenção de pragas, evitando sua proliferação entre indivíduos da mesma espécie, que ali se encontram relativamente isolados uns dos outros. Onde uma agricultura itinerante é prática, a abertura de pequenos lotes em áreas cobertas por vegetação de

floresta secundária permite também uma fácil migração de predadores naturais das pragas oriundos das florestas adjacentes (ALTIERI, 1998 p.25).

O rendimento total por hectare é, com frequência, mais alto em policultivos do que em monocultivos, mesmo quando a produção de cada um dos componentes individuais é reduzida. Essa vantagem é geralmente expressa como Índice Equivalente de Terra (IET), que expressa a área de monocultivo necessária para produzir a mesma quantidade que um hectare de policultivo, utilizando-se a mesma população de plantas. Se o IET é maior que 1, o policultivo resultará em maior produtividade (FRANCIS, Apud ALTIERI, 1998).

A degradação dos recursos naturais tem ameaçado significativamente a humanidade, com a extinção das espécies da fauna e da flora. O aquecimento da temperatura e a exploração dos recursos naturais ocupam lugar de destaque nos debates internacionais a partir da década de 60, do século XX. Diante deste fato, ações estão sendo tomadas visando à sustentabilidade do ecossistema, que consiste “[...] no ambiente físico e em todos os organismos numa determinada área, junto com a teia de interações desses organismos com aquele ambiente físico, e entre si” (EHRlich, Apud DIEGUES, 1996, p. 20) e que requer empreender ações para a sustentabilidade. Em relação a essa idéia, Martins explica que

ao caráter perdulário do modelo prevalecente, na medida em que a economia, por um lado está baseada no consumo de matéria-prima fornecida pela natureza para a produção de bens e serviços em descompasso com seu ritmo e capacidade de fornecimento e, por outro, tem tratado a natureza como mero depositário de resíduos sem considerar sua capacidade de absorção e reciclagem (MARTINS, 2002, p. 05).

Assim, a construção histórica do conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável está vinculada com o incremento da preocupação da manutenção e existência de recursos naturais e de um ambiente propício para a continuidade das gerações futuras. Segundo o Relatório Brundtland, em 1987, o desenvolvimento sustentável é concebido como aquele “[...] que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD,

1988, p. 46). Nessa direção, o assentamento se torna um espaço onde se pode averiguar a possibilidade de compreender os saberes ambientais de modo a contribuir para o desenvolvimento de todos os envolvidos no assentamento.

Ao refletir os aspectos da sustentabilidade dos ecossistemas existentes, se devem considerar na concepção de Sachs que todo planejamento de desenvolvimento precisa levar em conta, simultaneamente, as seguintes dimensões da sustentabilidade:

Sustentabilidade social, que é entendida como a criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por um outro crescimento e subsidiado por uma outra visão do que seja uma sociedade boa, tendo-se como meta a construção de uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres;

Sustentabilidade econômica, que deve ser conseguida através da alocação e do gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados;

Sustentabilidade ecológica: que pode ser melhorada através de várias ferramentas, tais como a limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente;

Sustentabilidade espacial: que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas;

Sustentabilidade cultural, a qual inclui a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento em que conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área sejam harmoniosas (SACHS, 1993, p.37-38).

Os modelos sustentáveis de assentamentos podem ter vários formatos e funções, cumprindo papéis complementares no processo de inclusão social: segurança alimentar, desconcentração populacional e territorial, diversificação e estabilidade econômica e por fim o equilíbrio ambiental.

Nessa direção, o assentamento é um espaço de verificação das relações estabelecidas entre os agricultores/assentados e o modo de valorar os saberes adquiridos por eles e seus antepassados e que são passados de geração a geração, sendo que muitos

desses saberes corroboram para a preservação e ou conservação do meio ambiente. Melo e Souza definiu o termo preservação utilizando uma citação de Brigagão em que ele assinala como sendo a “[...] perspectiva de ação do campo da ecologia que preconiza o uso restrito de elementos dos ecossistemas a fim de assegurar a estabilidade e a funcionalidade integral dos mesmos” (2007, p.94).

A visão reducionista da questão ambiental, que passou a ser denominada preservacionismo, alega que os povos tradicionais também contribuem para a degradação dos recursos naturais. Já em relação à conservação, numerosos estudiosos têm demonstrado em seus trabalhos que a presença dos povos tradicionais vem manejando os ecossistemas sem degradá-los, muito pelo contrário, vem contribuindo muito para a conservação do patrimônio natural.

A forma de intervenções que possa ir além do preservacionismo será imprescindível para que se amplie a responsabilidade de toda a sociedade, em ações que resguarde o direito das gerações futuras. Essas tendências requerem uma reflexão sobre o socioambientalismo¹², de modo a compreender que “[...] o desenvolvimento não só dá sustentabilidade de ecossistemas, espécies e processos ecológicos, mas também a sustentabilidade social e cultural, de coletividades específicas, por exemplo, os indígenas” (VIEIRA, 2008, p. 5).

Por muito tempo, a abordagem das questões ambientais esteve distante das questões sociais, culturais, políticas e econômicas configurando-se num ambientalismo, que apresenta certas limitações diante da complexidade das questões e conflitos ambientais, que envolviam comunidades, grupos ou assentamentos.

O socioambientalismo visa à conjugação dos fatores ambientais de caráter técnico com o seu contexto social, econômico, cultural, étnico e político. Este reconhece os

¹² É uma análise sociológica do pensamento ambientalista contra o consumismo e a degradação ambiental. É fruto da articulação entre os movimentos ambientais e os movimentos sociais, quando entenderam que suas demandas e lutas possuíam pontos comuns e poderiam se fortalecer através dessa articulação. Nasceu na segunda metade dos anos 80 do século XX, pela articulação política desde movimentos e se consolidou na década de 90.

saberes e os fazeres populares, as construções culturais sobre o ambiente, como fatores determinantes para a busca de soluções para os conflitos. Para Santilli “[...] o novo paradigma de desenvolvimento preconizado pelo socioambientalismo deve promover e valorizar a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no país, com ampla participação social na gestão ambiental” (2005, p.34).

É por esta razão que o sociambientalismo tem uma estreita relação com a criação de condições mais favoráveis ao exercício da cidadania¹³, por meio da criação e consolidação de espaços decisórios, entendendo que decisões no tocante à esfera ambiental deve ser construída coletivamente com a participação dos assentados, buscando formas mais adequadas da gestão do meio ambiente, com a participação direta dos trabalhadores, valorizando seus conhecimentos e sua forma de relacionamento com o meio ambiente.

O socioambientalismo é um processo em construção e tem avançado nas últimas décadas reforçando a necessidade de interlocução e diálogo entre as diferenças alternativas e estratégias entre os sujeitos envolvidos com a questão ambiental. Desse modo, espaços de articulações são necessários para que se possa equacionar os problemas advindos da degradação ambiental na perspectiva de “[...] entretecer as teorias e práticas discursivas do desenvolvimento sustentável, transformando saberes e conhecimentos, e reorientando o comportamento de agentes econômicos e atores sociais [sujeitos]” (LEFF, 2006, p. 280).

Nesse sentido, os saberes ambientais advindos de uma tradição, ou seja, crenças incorporadas e passadas sobre a forma de um costume, de uma crença, ou norma para os outros sujeitos se prevalecem da necessidade de continuidade, de perpetuar esse saber. Assim, para Mora, “[...] a tradição se justifica por haverem persistido as normas, as crenças, e, em as havendo, as instituições que a formam [ou seja] incorporam as experiências e decisões dos antepassados” (2001, p. 2904).

¹³ Para Demo “[...] Cidadania é a competência humana de fazer-se sujeitos para fazer história própria e coletivamente organizada” (1995, p.01).

Os assentados do Projeto de Assentamento Darci Ribeiro passam a ser os guardiões do local onde vivem porque produzem alimentos para sua sobrevivência e tomam decisões, ou seja, são “[...] os guardiões, sejam eles idosos, curandeiros, mágicos ou funcionários, têm uma importância dentro da tradição porque se acredita que eles são agentes essenciais de seus poderes causais” (GIDDENS; LASH, 1997, p. 83), que sinaliza potencialidades *in loco* mediante sua participação. O assentamento para Bogo

é o renascimento da vida humana e da natureza, por isso é fundamental estabelecer uma política de desenvolvimento econômico, social e humano, preservar o meio ambiente, recuperar as nascentes dos rios, reflorestar as áreas devastadas, evitar as queimadas, recolher o lixo, evitar o uso de venenos e adubos químicos, produzir frutas e flores de todas as espécies e preservar as aves e os animais silvestres (BOGO, 1999, p. 103-104).

Nessa direção, o assentamento se configura num *locus* em potencial para o fortalecimento dos assentados na produção de alimentos uma vez que exercitam conhecimentos tradicionais, experimentando produtos e técnicas para o cultivo de produtos necessários a sua sobrevivência.

CAPÍTULO 3

SABER AMBIENTAL

3.0 – SABER AMBIENTAL

3.1 – SOCIEDADES HUMANAS E O SABER AMBIENTAL

Um ponto central para ser levado em conta no estudo da interação sociedade e o meio ambiente é o de que esta relação é mediada pela tecnologia. A dimensão tecnológica merece atenção especial já que a sociedade está sentindo o impacto de uma onda de inovações que atinge também os assentamentos da reforma agrária.

Nas culturas antigas a tecnologia tinha duas características principais: em primeiro lugar, era muito simples e o conhecimento que continha era compartilhado praticamente por toda a comunidade. Isto não quer dizer que todas as pessoas daquela sociedade tinham as habilidades necessárias para construir e usar estas tecnologias da época, já que sua aquisição requeria muitas vezes treinamento; em segundo lugar, era constituída de uma tecnologia não científica, empírica, com pouca ou nenhuma conexão com o campo do conhecimento exploratório.

Quando as tecnologias eram “transferidas”, seus impactos sociais e culturais abrandavam-se por vários fatores: o primeiro é que na medida em que aquelas tecnologias eram incorporadas facilmente pela sociedade que as recebia – porque podiam ser implementadas em quase todos os casos com o material local e com os recursos humanos existentes – elas não criavam uma dependência significativa com a cultura “doadora”; o segundo é que como essas tecnologias eram essencialmente não-científicas, a introdução de novas tecnologias tinha um efeito pequeno no campo do conhecimento exploratório que constitui o núcleo vivo de todas as culturas; finalmente, como o desenvolvimento e a disseminação de novas tecnologias num processo lento, de modo a introduzir adaptações necessárias para o desenvolvimento local.

Ao comparar o papel da tecnologia do passado com o que prevalece atualmente, pode-se constatar que a separação entre ciência e tecnologia se manteve sem grandes mudanças até que a Revolução Industrial provocasse alterações nas relações de produção. A característica mais importante deste processo, do ponto de vista da presente análise, é que ele não se iniciou devido à revolução científica que ocorreu um século antes, mas sim

por fatores sócio-políticos bem conhecidos, a exemplo do monopólio econômico de grandes empresas.

A introdução do conhecimento científico origina um fenômeno que determina, em grande medida, as características do mundo moderno. A criação da tecnologia, que através de toda a história foi uma atividade comum a todas as sociedades, se tornou cada vez mais privilégio de um pequeno grupo de países, e no seu interior, de organizações e empresas que podem financiar seu custo cada vez mais elevado. Para uso da humanidade, a tecnologia, que sempre foi um fator integrante da cultura individual e social, se tornou um fator exógeno. O “que fazer” da sociedade começou a ser determinado pelos valores culturais e sociais implícitos nas tecnologias importadas (HERRERA, 1990).

É fato sabido que as civilizações antigas foram sociedades essencialmente agrícolas. Apesar da importância política, social e cultural das cidades, a grande maioria da população era rural, e os fundamentos econômicos da sociedade eram a agricultura e a pecuária. Uma parte do sistema produtivo era voltada para as necessidades básicas da população: alimentação, moradia e vestuário. Naturalmente havia outros setores produtivos – como a fabricação de equipamentos militares ou de artigos de luxo para as classes altas – mas a real possibilidade de sobrevivência daquelas sociedades repousava na sua capacidade de prover as necessidades básicas, especialmente alimento, com base na produção local (HERRERA, 1990).

Este último ponto é facilmente explicado pelo fato de que o sistema de transportes, e conseqüentemente o de comércio, eram rudimentares e não permitiam o transporte de um maior volume de mercadorias a uma longa distância. A troca entre regiões distantes limitava-se a poucas mercadorias com um volume relativamente pequeno. O transporte maciço da produção agrícola para lugares distantes não era possível; além disto, como a produtividade agrícola era baixa, era raro uma comunidade ter excedente para exportação.

A maior parte da população era rural e provia suas necessidades básicas por meio da produção de subsistência. A população urbana, pequena, não era diretamente engajada na produção primária, e dependia da capacidade dos agricultores de gerarem excedentes.

Com o exposto acima pode se afirmar que a prática agrícola que pudesse causar um impacto negativo ao ambiente seria rapidamente corrigida porque o bem-estar da comunidade dependia do equilíbrio homem e meio ambiente. Os recursos naturais essenciais – além da água e do solo – especialmente argila, pedra e madeira em diferentes combinações eram comumente abundantes.

Todas as civilizações foram capazes de criar, por meio do mecanismo de retroalimentação¹⁴ e de um processo de tentativa e erro, tecnologias que eram adequadas ao seu ambiente físico e humano. A sobrevivência de civilizações por milhares de anos mostra a eficiência destes mecanismos de retroalimentação.

Isto não significa que esses processos de adaptação foram sempre bem sucedidos, pois importantes grupos humanos desapareceram ou tiveram que emigrar devido à sua incapacidade de alcançar um equilíbrio adequado com seu meio ambiente devido à baixa eficiência das tecnologias por causa do nível de vida precário, o que denota os esforços para buscar de forma criativa transformar o mundo humano de modo a ressignificar sua capacidade de adaptação ao meio ambiente permitindo a criação de sociedades estáveis, o que possibilitou a evolução de civilizações.

Com a emergência do capitalismo, o mecanismo de retroalimentação referida linhas atrás foi destruído em grande parte. A principal razão foi a emergência de uma separação sempre crescente entre produtor e consumidor. Nas sociedades anteriores a maior parte da produção era orientada para satisfazer necessidades básicas de sobrevivência. Com o desenvolvimento do capitalismo, as unidades de produção passam a responder à demanda do mercado, e sua motivação imediata é o lucro e não a satisfação de uma necessidade percebida pela unidade produtiva como tal.

A diversificação da produção que transcende o que se chama de necessidades básicas demanda cada vez mais necessidade de produção devido ao desenvolvimento tecnológico e à expansão do sistema produtivo de criar outras necessidades. Como consequência, aparece uma dicotomia fundamental na relação sociedade e meio ambiente.

¹⁴ Uma prática agrícola que pudesse causar um sério impacto negativo no equilíbrio ecológico teria que ser rapidamente corrigida porque o bem-estar da comunidade dependia desse equilíbrio.

Na verdade, o sistema capitalista desenvolve planos de produção baseado no princípio de maximização do lucro.

A sociedade percebe a imposição do capitalismo e toma medidas corretivas, de modo que há regulamento para proteger o meio ambiente. Um fator importante é que o seu estágio de deterioração ambiental afeta principalmente os setores mais desfavorecidos da sociedade, principalmente nas áreas de assentamento que são desprovidos de recursos e assim usam de mecanismos próprios da sobrevivência humana – os saberes práticos da cotidianidade.

O debate sobre o sentido e a aplicação dos diferentes saberes é hoje uma necessidade urgente para se compreender os saberes advindos dos agricultores familiares em área de assentamento. Assim sendo, pode-se recorrer à definição de Mora quando apresenta em sentido amplo a idéia de saber. Pois,

o saber é um contato com a realidade com o fim de discriminá-la; o termo ‘saber’ está relacionado com ‘sabor’ e este último indica que se trata de ‘provar’ as coisas e ver as que ‘sabem’”. Contudo, o saber requer outros elementos: tendências a uma objetivação, universalização, consciência, atitude crítica, interrogação, entre outros. E para evitar equívocos, o saber é então antes uma apreensão da realidade por meio da qual esta é fixada num sujeito, expressa, transmitida a outros sujeitos, sistematizada e incorporada a uma tradição (por princípio criticável e revisável). Há por isto um desenvolvimento histórico do saber (MORA 2001, p. 2573).

E que podem ser interpretados a partir da construção que se faz em benefício próprio. Tal atitude exige um questionamento amplo de modo a constituir uma articulação entre as formas de conhecimento. O conhecimento no sentido mais específico é uma forma característica da mente humana de se representar no mundo.

O saber ambiental prepara o indivíduo para interagir com o meio de modo particular, produzindo conhecimento sobre os sistemas naturais, do qual resultará uma mudança de atitude e de formas de como se relacionar com o meio ambiente. Os saberes dos assentados estão enraizados nos saberes tradicionais, no respeito equânime entre os seres, nos compromissos assumidos em defesa da vida, que são vitais para as futuras

gerações, possibilitando o uso de recursos disponíveis de modo que os assentados possam estabelecer parâmetros por meio do desenvolvimento de uma consciência ambiental. Nesse ínterim, conscientizar-se de sua ação numa perspectiva de agir de modo a não prejudicar o meio ambiente, extraindo o necessário para sobreviver.

Os saberes dos assentados podem ser considerados como um conhecimento. Entende-se conhecimento nesse estudo como uma crença na qual o assentado “[...] apreende o objeto equivale a dizer que o representa. Quando representa tal qual como o objeto é, o sujeito tem o conhecimento verdadeiro (embora possivelmente parcial) do objeto” (MORA, 2001, p.540); além do que se faz necessário conceber o conhecimento não apenas como uma atividade intelectual, mas também como uma atividade fundada em motivos reais e os sentidos atribuídos pelos sujeitos aos objetos na cotidianidade. Pois, esse “[...] se refere a situações objetivas e dá lugar uma vez derivadamente sistematizada, à ciência, o saber pode se referir a toda sorte de situações tanto objetivas como subjetivas, tanto teóricas quanto práticas” (Op. Cit., 2001, p. 2572-2573). Leff afirma que o saber ambiental “[...] ocupa seu lugar no vazio deixado pelo progresso da racionalidade científica como sintoma de sua falta de conhecimento e como sinal de um processo interminável de produção teórica e de ações práticas” (2001, p.17).

O saber ambiental é notado pela lacuna deixada pela ciência, que no seu afã de incorporar seu objeto de estudo, cada vez mais específico, e assim desprezam diversos assuntos que não perfazem seu rol de interesses e para tais assuntos lhes faltam explicações porque é um campo “[...] de externalidades no qual a economia situa os processos naturais e culturais, e inclusive a inequitativa distribuição de renda e a desigualdade social gerada pela lógica do mercado e pela maximização dos benefícios a curto prazo” (LEFF, 2001, p.145-146).

Ressignificar saberes é investir no aprofundamento da prática social que se reflete no campo da produção e do conhecimento, da política e das práticas educativas, pois “[...] o saber se constitui através da desconstrução dos paradigmas dominantes do conhecimento e através da produção e articulação de saberes, para construir novas racionalidades sociais possíveis” (LEFF, 2001, p. 178).

Portanto, esse saber ambiental é construído pela atuação direta com os campos de conhecimentos, que mostram as continuidades entre práticas e operam a partir de novos valores e de uma racionalidade mais ambiental e menos instrumental como salienta Leff. O saber ambiental está em processo de construção, em busca de suas condições de legitimação ideológica, de concreção teórica e de objetivação prática. Este saber emerge de um processo transdisciplinar de problematização e transformação dos paradigmas dominantes do conhecimento, transcende as teorias ecológicas. Para Leff,

“O discurso ambiental vai se conformando a partir de uma posição crítica da razão instrumental e da lógica do mercado, que emerge da natureza externalizada e do social marginalizado pela racionalidade econômica. Os pontos cegos e os impensáveis dessa razão modernizante – o ambiente excluído, oprimido, degradado e desintegrado – não se preenchem ecológizando a economia, mas transformando seus paradigmas de conhecimento para construir uma nova racionalidade social. Sob esta perspectiva, o ambiente transforma as ciências e gera um processo de ambientalização interdisciplinar do saber” (LEFF, 2001, p.146).

A desorganização ecossistêmica do planeta e os crescentes dos processos produtivos, guiados pela razão tecnológica e pela lógica do mercado como afirma Leff criaram a necessidade de enfoques integradores do conhecimento para compreender as causas e a dinâmica de processos socioambientais que, por sua complexidade, excedem a capacidade do conhecimento dos paradigmas dominantes, exigindo uma recomposição holística, sistêmica e interdisciplinar do saber. Nessa direção, o saber ambiental é constituído não só pela confluência de disciplinas científicas estabelecidas, mas pela emergência de um conjunto de saberes teóricos, técnicos e estratégicos, atravessados por estratégias de poder no saber, donde se depreende seu sentido teórico e o potencial de suas aplicações.

A partir dessa complexidade a problemática ambiental e os múltiplos processos que a caracterizam, se questiona a fragmentação e a compartimentalização do conhecimento disciplinar, incapaz de explicá-la e resolvê-la. Entretanto, para Leff (2001), a retotalização do saber proposta pela problemática ambiental é mais do que a soma e a articulação dos paradigmas científicos existentes; implica na transformação de seus conhecimentos para internalizar o saber ambiental emergente de modo que a necessidade inter e

transdisciplinaridade transcendem o alcance de um paradigma globalizante para a integração dos saberes.

Integrar os saberes constituídos é um processo de transformação do conhecimento, o qual é impulsionado “[...] por uma crise da racionalidade econômica e instrumental da modernidade” (LEFF, 2001, p.148). Mais do que um paradigma do saber, como afirma Leff, é uma ecologização do conhecimento, um método para o desenvolvimento das ciências, ou uma reorganização sistêmica dos saberes atuais de modo que a questão ambiental problematiza, “[...] sob uma perspectiva crítica, toda uma plêiade de conhecimentos teóricos e técnicos, para incorporar neles um saber complexo, transformando assim as ciências historicamente constituídas, legitimadas e institucionalizadas.” (Op. Cit, p. 149).

O saber ambiental confronta assim a transparência da linguagem e a consciência do sujeito como pilares da racionalidade científica fundante da modernidade. O saber busca recuperar o sentido; dar ordem simbólica ao campo do interesse social e da produção, como também emancipar o simbólico e o cultural num contexto sócio-histórico. E ainda não se esgota na aplicação do conhecimento existente para resolver problemas complexos no ambiente mas, também na

não retotalização e o acabamento do conhecimento fracionado por uma aproximação holística, num método interdisciplinar e numa teoria de sistema. Emerge da falta insaciável de conhecimento que impele o saber para a busca de novos sentidos de civilização, novas compreensões teóricas e novas formas práticas de apropriação do mundo” (LEFF, 2001, p.149).

O saber ambiental se constrói a partir de sua falta de conhecimento, integrando os princípios e valores que anima a ética ecologista¹⁵, as sabedorias e práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais, as ciências e as técnicas que servem de suporte às estratégias do desenvolvimento sustentável para os assentados do assentamento. Este saber não conforma num conhecimento único, mas vai sendo constituído em relação com a estrutura teórica e o objeto de conhecimento de cada ciência. Desta forma, o saber ambiental

¹⁵ A ética ecologista propõe um sistema de valores associado a uma racionalidade produtiva alternativa, a novos potenciais de desenvolvimentos e a uma diversidade de estilos culturais de vida (LEFF, 2001, p.86).

emerge, transforma os paradigmas do conhecimento, tanto nas ciências naturais como sociais justo porque cada “[...] ciência impõe as condições epistemológicas e os interesses disciplinares à reconstrução de seus paradigmas, num processo heterogêneo e desigual do qual emergem as disciplinas ambientais” (Op. Cit., p.150)

Na consciência ambiental são gerados novos princípios, valores e conceitos para uma nova racionalidade produtiva e social, os projetos alternativos de civilização, de vida e de desenvolvimento. O saber ambiental abre assim uma perspectiva ao progresso do conhecimento, questionando os dogmas ideológicos e problematizando os paradigmas científicos com base nos quais foi constituída a civilização atual.

O saber ambiental é pois gerado num processo de conscientização, de produção teórica e de pesquisa científica em que no processo educativo permite-se repensar e reelaborar o saber, na medida em que se transforma a prática corrente de transmissão e assimilação do saber preestabelecido.

O saber ambiental dos assentados em áreas de assentamentos se articula à medida em que se tem consciência de seu meio, sobre as propriedades e as formas de manejo sustentável de seus recursos naturais, seus processos de intercâmbio com os saberes ambientais e as formas de gestão ambiental numa perspectiva em que as estratégias acadêmicas, as políticas educativas, os métodos pedagógicos, a produção de conhecimentos científico-tecnológicos e a formação de capacidades se entrelaçam com as condições políticas, econômicas e culturais de cada região e de cada assentamento para a construção de um saber em que a racionalidade ambiental orienta os processos de apropriação e das práticas de desenvolvimento sustentável como advoga Leff.

3.2 – ASPECTOS DA EDUCAÇÃO, UM CONTRIBUTO PARA O SABER AMBIENTAL

Para Leff, “[...] o saber ambiental desemboca no terreno da educação, questionando os paradigmas estabelecidos e abastecendo as fontes e mananciais que irrigam o novo conhecimento: os saberes indígenas, os saberes do povo, o saber pessoal” (2001, p. 12). Assim, o saber ambiental vai se construindo num diálogo de saberes e num intercâmbio

interdisciplinar de conhecimentos, de modo que esse diálogo possibilita um revelar-se “[...] como um mundo de desafio e possibilidades, de determinismos e de liberdade, de negação e de afirmação de sua humanidade; de permanência e de transformação; de valor e desvalor” (FREIRE, 1983, p. 84).

Nessa perspectiva, o diálogo se apresenta como um recurso que se pode utilizar, conscientemente, para permitir o entendimento, tanto a respeito de nós próprios, como no tocante às questões de ordem mais gerais, a exemplo da política, da ecologia, da econômica e do social. O diálogo se configura como uma possibilidade de resposta para entender a situação da crise atual.

Todo povo, independentemente do seu grau de desenvolvimento, realiza um processo educativo que se configura no ato de aprender algo na prática social. Educação é o princípio por meio do qual a comunidade humana conserva e transmite as suas peculiaridades.

Com as mudanças advindas do contexto social, a educação não é uma propriedade individual, mas pertence por essência à comunidade. Para Jaeger (1995), seu caráter de comunidade se imprime em cada um dos seus membros num esforço constante de educar, em conformidade com o seu próprio sentir, cada nova geração.

Logo, a relação ensinar-aprender é envolvida em todas as relações sociais, até porque o homem é eminentemente um ser social, que para sua existência humana é condição *sine qua non* o convívio com outros semelhantes onde ocorre o processo de socialização do saber mediante a aprendizagem desde o falar, andar, ter sentimentos, construir a flecha para utilizar como utensílios para melhorar a sobrevivência operar o computador, construir a bomba atômica entre outros utensílios necessários para sua existência.

Conforme já afirmava Brandão (1984), em casa, na escola, na rua, na igreja, na aldeia se transmite um conhecimento. A cada ambiente corresponde um saber peculiar que concorre para a formação do homem. O pai que ensina o filho a ser um homem viril, a mãe que ensina a filha a ser mulher para um dia também ser mãe e esposa; a escola que

ensina os valores que nem sempre diz respeito aos interesses de todos; a igreja que ensina a ter fé no sobrenatural onipotente. Tudo isso faz parte de um processo educacional para construção e manutenção de determinada sociedade.

É a educação que se encarrega da transmissão do saber de um povo assistematicamente ou sistematicamente. Portanto, é antes de tudo uma questão cultural movida por interesses sociais, e como tal, deve ser vista por todos. Para cada povo lhe é peculiar um modo de viver e esse modelo só encontra significado numa educação se esta retratar este mesmo modo de viver. Na sociedade tribal o aprender-ensinar é espontâneo e se faz integralmente voltado para os interesses coletivos em que a estrutura sócio-econômica exige uma educação que iguale os membros dessa comunidade, a partir da obtenção e distribuição dos bens materiais necessários para subsistência do grupo coletivamente.

É nesse envolvimento coletivo real que se dá a prática da transmissão do saber empiricamente absorvido pelos homens na ação cotidiana do adulto e na produção de vida social. Na expressão de Durkheim¹⁶ se define como:

a ação exercida pelas gerações adultas sobre as que ainda não estejam amadurecidas, tendo por objeto desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais, que dela exige a sociedade política em seu conjunto, e o meio especial a que particularmente a criança esteja destinada. (DURKHEIM, 1965, p.15).

Partindo desse pressuposto, há de se refletir a educação enquanto processo com abordagem metodológica que tem como princípios balizadores a concepção de uma educação dialógica ancorados nas contribuições teóricas de Paulo Freire¹⁷.

¹⁶ÉMILE DURKHEIM (1858-1917) nasceu na França, de uma família de rabinos. É mais conhecido como sociólogo, mas também foi pedagogo e filósofo. Explica o social pelo social, como realidade autônoma. Tratou em especial dos problemas morais: o papel que desempenham, como se formam e se desenvolvem. Concluiu que a moral começa ao mesmo tempo que a vinculação com o grupo. Ele via a educação como um esforço contínuo para preparar as crianças para a vida em comum. Para isso, era necessário impor a elas maneiras adequadas de ver, sentir e agir, às quais elas não chegariam espontaneamente. Para Durkheim, a sociologia determinaria os fins da educação. A pedagogia e a educação não representavam mais do que um anexo ou um apêndice da sociedade e da sociologia; portanto, deveriam existir sem autonomia. O objetivo da educação seria apenas suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais, exigidos pela sociedade política no conjunto e pelo meio espacial a que ela particularmente se destina.

A proposta de educação de Paulo Freire trás no seu bojo o objetivo de desenvolver o senso crítico do homem por meio do debate trabalhado com situações desafiadoras, postas diante do grupo, as quais devem fazer parte da realidade dos educandos. A intenção, portanto, é provocar uma revolução interna no homem, onde este possa adquirir meios para superar uma inércia historicamente imposta e, mesmo involuntariamente, aceita. O viés para tal propositura ocorre mediante a aplicação de um método ativo, dialogal, crítico e criticizador, que exige modificação do conteúdo programático da educação e deve ser executado através do uso de técnicas como, a de Redução e Codificação de conceitos, que se desenvolve num libertário diálogo em meio a intensos debates (FREIRE, 1988).

O processo educativo deve ser, um ato de amor, que não pode ser imposto. Educar é um processo de trocas entre pessoas, logo, é um processo dialógico. Como tal, portanto, a educação não pode ser nunca realizada por um sujeito isolado, nem tão pouco o resultado de injeção de saber da autoridade no assunto, naquele que, involuntariamente se vê como leigo, isto é, foi obrigado a pensar que não tem nenhum saber.

O diálogo é uma relação horizontal entre seres humanos. Sua gênese é uma matriz crítica e engendra uma cadeia de criticidade. Alimenta-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, a comunicação só ocorre com o diálogo. E quando os sujeitos do diálogo se juntam, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca do bem comum.

¹⁷ Criou e aplicou no Brasil (em alguns Estados) um processo educativo que poderia transformar o homem e o mundo em que vivemos em sujeitos livres da opressão. Portanto, uma proposta de educação voltada a libertação humana. Freire é considerado um dos maiores educadores deste século. Sua principal obra, *Pedagogia do Oprimido*, foi até hoje traduzida em 18 línguas. Paulo Freire vem marcando o pensamento pedagógico deste século. Destacamos: a) sua contribuição à teoria dialética do conhecimento, para a qual a melhor maneira de refletir é pensar a prática e retornar a ela para transformá-la. Portanto, pensar o concreto, a realidade, e não pensar pensamentos; b) a categoria pedagógica da “conscientização”, criado por ele, visando, através da educação, à formação da autonomia intelectual do cidadão para intervir sobre a realidade. Por isso, para ele, a educação não é neutra. É sempre um ato político. Principais obras: *Educação como prática da liberdade* (1967), *Pedagogia do oprimido* (1970), *Ação cultural para a liberdade* (1975), *Extensão ou comunicação* (1971), *Educação e mudança* (1979), *A importância do ato de ler* (1983), *A educação na cidade* (1991), *Pedagogia da esperança* (1992).

O diálogo é, portanto, o caminho pelo qual ganhamos significação como seres humanos. Nesse sentido é uma exigência existencial. Somente pela virtude da crença tem o diálogo estímulo e significação: pela crença no homem e nas suas possibilidades, pela crença de que somente chego a ser eu mesmo quando os demais também cheguem a ser eles mesmos (FREIRE, 1988).

Para Freire, o homem dialógico tem fé nos homens antes de encontrar-se frente a frente com eles. Esta, contudo, não é uma ingênua fé. O homem dialógico, que é crítico, sabe que, se o poder de fazer, de criar, de transformar, é um poder dos homens, sabe também que podem eles, em situação concreta, alienados, ter este poder prejudicado. Esta possibilidade, porém, em lugar de matar no homem dialógico a sua fé nos homens, aparece a ele, pelo contrário, como um desafio ao qual tem de responder. Está convencido de que este poder de fazer e transformar, mesmo que negado em situações concretas, tende a renascer. Pode renascer. Pode constituir-se. Não gratuitamente, mas na e pela luta por sua libertação. Com a instalação do trabalho não mais escravo, mas livre, que dá a alegria de viver.

Para que ocorra uma educação libertária é preciso que ocorra uma profunda mudança no conteúdo programático da educação, caso contrário não seria dialógica, muito menos libertária. Ora, se o diálogo é uma busca pela liberdade e para isso só seria possível se o homem se torne portador de uma visão crítica e produza criticidade, então o caminho mais curto e preciso é a construção do conteúdo da educação que possa tirar a “cegueira ideológica” dos olhos dos trabalhadores, expressão de Freire (1988) e que por meio da cultura o homem ativo atribui sentido e mediação nas relações entre os homens.

Para Freire (1988), a cultura deve ser vista como aquisição sistemática da experiência humana; uma incorporação, por isso crítica e criadora, e não como uma injeção de informações ou prescrições impostas. O homem, afinal, no mundo e com o mundo no seu papel de sujeito e não de mero e permanente objeto, ou seja, um sujeito capaz de operar mudanças de suas atitudes anteriores.

No processo educativo libertário a construção de uma consciência crítica prioriza a reflexão e a ação por meio da fala como expressão, de modo que se possa buscar e

entender sua realidade e o mundo. Esta direção concebe a realidade como processo, que a percebe em constante transformação e não como um objeto imutável pois [...] Não se dicotomiza a si mesmo na ação. A dialética é o farol que leva o homem crítico a qualquer distância nas relações sociais sem temer a compreensão da sua participação (FREIRE, 1988, p.82).

Assim o processo de articulação do saber ambiental versus a educação como processo de formação humana subsidiará a tomada de decisões acerca dos produtos a serem utilizados na produção agrícola revelando saberes, prática que operam numa dinâmica de respeito ao meio ambiente em áreas de assentamento.

3.3 – CONTRIBUTOS DA CULTURA PARA O SABER AMBIENTAL

Ao adentrar determinado espaço (assentamento, povoado, município) deve-se dar a devida atenção à cultura desse lugar. A cultura, para Spenillo (1998), é uma força viva, construída da ação autônoma dos indivíduos que compartilham códigos, condições materiais de vida e formas de apropriação semelhantes. A cultura não se trata de um padrão estático a ser incorporado e reproduzido fielmente pelos sujeitos, grupos e gerações. Dar-se-á mediante a:

interação entre os indivíduos ou grupos, daquilo que fazem em suas vidas, de suas vitórias e sucessos, ou daquilo que criam, seus medos, conflitos e das novas interações com outros grupos ou códigos culturais [] sejam elas, em suas crenças e magias, em seus ritos e formas de linguagem [] em guerras ou pregação da paz, ou até no relacionamento entre si ou com a natureza, com o cosmo e com o seu 'eu' o sujeito deixa marcas de sua existência (SPENILLO, 1998, p. 17-18).

Neste contexto, a cultura é um conjunto de respostas para melhor satisfazer as necessidades e os desejos humanos. Cultura é o resultado do modo como os diversos grupos foram resolvendo os seus problemas ao longo da história. O homem não só recebe a cultura dos seus antepassados como também cria elementos que a renovam. A cultura é

um fator de humanização¹⁸. O homem só se torna homem porque vive no seio de um grupo cultural. A cultura é um sistema de símbolos compartilhados com que se interpreta a realidade e que conferem sentido à vida.

A transmissão de conhecimento ou saber é uma transmissão de cultura e o homem é o único animal que tem a capacidade de produzir cultura, porém o processo de reprodução cultural entre os homens é determinado pelo sistema social, já com os animais na vida natural todos têm o mesmo saber instintivo, logo a relação homem/homem e homem/meio ambiente passa por valores culturais, isto é, valores criados pelo próprio homem conforme socialmente ele esteja organizado; o homem assim como é um ser social é também um ser animal, logo ele também é meio ambiente.

Casos excepcionais de sobrevivência de seres humanos isolados nos primeiros anos de vida confirmam que o homem é um ser social por natureza, pois só vivendo em sociedade torna-se humano. Do contrário, em quase nada difere dos outros animais. Isso é largamente constatado por meio de estudos sociológicos e antropológicos, como no exemplo que, nos proporciona:

Por volta de 1921 foram encontradas, nas florestas da Índia, duas meninas vivendo em cavernas, com lobos. Suas idades eram de 2 a 4 anos para a mais jovem e entre 8 e 9 para a mais velha. Como e com que idade foram abandonadas ali, não se pôde precisar. [...] Levadas a um orfanato, a menor morreu em menos de um ano e a outra sobreviveu mais alguns, de modo que foi possível avaliar seu comportamento e tentar reeducá-la. Locomovia-se engatinhando, pois não sabia andar só com os membros inferiores; não conhecia palavras, embora emitisse gritos; comia carne crua, não se acostumava às roupas, possuía olfato tão desenvolvido como o fero de certos animais, e seus olhos, no escuro, tinham brilho peculiar (DELLA TORRE, 1977, p.43).

Assim, do ponto de vista social (*homo ferus*), quer do ponto de vista biológico, a vida social, em grupos e em sociedade, é condição de sobrevivência da espécie humana. Além disso, o homem cria cultura e, através desta, satisfaz suas necessidades e se adapta

¹⁸ Entende-se humanização como um processo em que o homem cria e recria suas próprias relações, toma decisões e dinamiza sobre a forma de participações e interações entre si. Nessa perspectiva para alcançar a meta da humanização segundo Paulo Freire “[...] requer o desaparecimento da opressão desumanizante, é imprescindível a superação das ‘situações-limites’ em que os homens se acham quase coisificados” (1975, p. 111).

ao meio ou adapta o meio a si, modificando-o. O homem se distingue das outras espécies animais pela sua capacidade de produzir cultura.

Os animais trazem consigo certos “padrões” de comportamento herdados – os instintos – suficientes à realização de suas tarefas. Assim, o comportamento animal é instintivo ou, ainda, um comportamento reflexo. As abelhas e formigas, ao construir suas colméias e formigueiros, o fazem obedecendo a necessidades orgânicas. Elas os constroem sem variações propositais em todo o decorrer da sua existência. A aprendizagem animal se faz por ensaio e erro e reflexo condicionado. O homem, ao invés, não traz consigo, ao nascer, senão poucos instintos, ou melhor, herda só tendências instintivas. Deve, por isso, adquirir novos padrões de comportamento. Sua aprendizagem realiza-se por ensaio e erro, reflexos condicionais, mas principalmente pelo raciocínio. Está apto, portanto, a adaptar-se às mais variadas situações e criar meios para resolver problemas à medida que surgem (DELLA TORRE, 1977, p.44).

Vivendo em sociedade, por sua própria natureza, o homem está em permanente interação com seu semelhante, estabelecendo relações sociais, adquirindo consciência grupal, criando cultura. Tudo isso resulta da convivência social, caracterizada por interações mentais e conscientes entre os indivíduos. Esse ser social, como membro do meio ambiente, assim como os outros seres vivos, precisa se alimentar para garantir a sua sobrevivência estabelecendo um conjunto de relações entre si e o meio ambiente.

A forma como o homem estabelece uma relação social entre si, envolvendo uma produção de bens materiais, passa pelas relações de propriedades e afetividade (sentimentos), dependendo necessariamente da forma como o homem estabelece a sua relação com a natureza. Este produto social, modernamente, recebeu dos antropólogos, o nome de cultura. Molinowski a define como sendo

uma amálgama global de instituições em parte autônomas, em partes coordenadas. Ela se integra numa série de princípios tais como a comunhão de sangue por meio de procriação; a contigüidade em espaço relacionada com a cooperação; a especialização em atividades; e, último na ordem, mas não menor em importância, o uso do poder na organização política. Cada cultura deve sua integridade e sua auto-suficiência ao fato de que satisfaz toda a gama de necessidades básicas, instrumentais e integrativas (MALINOWSKI, 1962, p.47).

Cada povo tem uma cultura própria. Cada sociedade elabora sua própria cultura e recebe a influência de outras culturas. Todas as sociedades, desde as mais simples até as mais complexas, possuem cultura. Não há sociedade sem cultura, do mesmo modo que não existe ser humano destituído de cultura. Desde que nasce, o homem é influenciado pelo meio social em que vive.

A obtenção e a perpetuação da cultura é um processo social – e não biológico – vingado por um processo de aprendizagem. Cada povo transmite às gerações recentes o patrimônio cultural e que recebeu das gerações anteriores. Neste sentido, a cultura é também denominada de herança social. Nas sociedades em que não há escolas, a transmissão da cultura se dá por meio da família ou da convivência com o grupo adulto. Nas sociedades em que há escolas, estas se encarregam de completar a transmissão da cultura iniciada na família e em outros grupos sociais.

Constatada a sociabilidade humana, verifica-se que não existe justificativa aceitável para que um homem possa subjugar outro homem, entretanto certas produções culturais transformaram o criador, e estes ao mesmo tempo deturpam a criação. Em algumas partes do planeta, num tempo mais que distante, algumas sociedades criaram formas de organização social em que o acesso aos recursos naturais deixou de ser igualmente livre entre todos os seus membros, estabelecendo assim a propriedade da terra e dos demais recursos naturais.

Os contatos sociais e o isolamento social produzem uma dinâmica social e cultural permitindo aceleradas mudanças sociais ou cristalização de costumes. É a partir desses fenômenos sociais que se explica o comportamento de certas sociedades (OLIVEIRA, 2000).

Nessa direção, a difusão cultural nas sociedades industriais, produz o enriquecimento do patrimônio de uma cultura e se faz por dois processos: a invenção e a difusão. Em meados do século XIX, o uso do motor a vapor para mover um veículo correndo sobre trilhos criou um equipamento que teria importância decisiva no mundo moderno, a exemplo do trem. Impacto maior foi provocado no fim daquele século pela

invenção do automóvel, que era pouco mais que uma carruagem impulsionada por um motor a explosão. Assim, invenção é a combinação de traços culturais já existentes dando como resultado um novo traço cultural. Muitas vezes, como no caso do trem e do automóvel, as invenções acarretam mudanças amplas e profundas em toda a cultura (OLIVEIRA, 2000).

Para Santos (1986), em se tratando das modernas sociedades industriais é comum que elas sejam consideradas como sociedades de massa, onde as instituições dominantes têm de prover e até mesmo criar as necessidades de multidões e de seus participantes anônimos, da mesma forma que desenvolvem mecanismos eficazes para controlar essas massas humanas, fazê-la produzir, consumir e se conformar com seus destinos e sonhos.

Uma sociedade assim exige mecanismos culturais adequados, capazes de transmitir mensagens com rapidez para grandes quantidades de pessoas. Costuma-se considerar que ela exige uma cultura capaz de homogeneizar a vida e a visão de mundo das diversificadas populações que formam essas sociedades, ultrapassando barreiras de classe social e facilitando, por essas razões, o controle das massas. Tais instrumentos seriam principalmente o rádio, a televisão, a imprensa e o cinema. Essa cultura homogeneizadora, niveladora, teria o núcleo de sua existência num setor específico de atividade, a indústria cultural. Ela seria uma característica vital desse século, uma marca indiscutível da civilização mundial que se forma.

Não há dúvida de que a indústria da cultura, centrada nesses meios de comunicação de massa, é um elemento muito importante dessas sociedades modernas. O ritmo acelerado de produção e consumo, principalmente nos períodos de expansão das economias desses países, anda acompanhada de uma comunicação rápida e generalizada. As mensagens e informações circulam com velocidade compatível com a dos produtos materiais dessas sociedades. Contribuem ainda a atividade econômica, com inversões de capital, recrutamento de mão-de-obra especializada, desenvolvimento de novas técnicas, produção de bens e serviços. Da mesma forma, esses meios de comunicação são elementos fundamentais da própria organização social, e estão sem dúvida associados ao exercício do poder e à ordenação da vida coletiva (SANTOS, 1986).

Maar (1981), analisando o papel da cultura no processo político e econômico de dominação da classe subalterna pela classe abastada, chega à conclusão de que a cultura, elemento da produção da vida social, aparentemente neutro e democrático, é na verdade um campo minado pela ideologia burguesa. É através do processo de transformação cultural, orientado pela noção do progresso, que novos valores e novos costumes substituem valores e costumes tradicionais proporcionando a ampliação da dominação do capital.

Diegues (1996) compreende que o desenvolvimento do capitalismo, como um sistema econômico mundial dominante tem sido concomitante com a difusão da sua cultura em todas as regiões do globo. Milhares de interações fizeram naufragar culturas locais e regionais, relacionadas com meio ambiente local e modos de vida, pelo poder da cultura fundada no capitalismo. Há várias dimensões resultantes dessas interações.

No entanto, alguns autores, afirmam que as culturas regionais e locais representam a soma total de experiências passadas, numa vasta gama de condições ambientais. A incorporação seletiva de um passado reinterpretado para um futuro liberado não ocorrerá se a memória do passado for destruída, ou se seus produtos culturais forem conhecidos somente como peças de museu.

As culturas tradicionais para Diegues (1996) decorrentes da pequena produção mercantil não se encontram, no entanto, isoladas no Brasil de hoje, mas articuladas ao modo de produção capitalista. Essa maior ou menor dependência do modo de produção capitalista, por outro lado, tem levado a maior ou menor desorganização das formas pelas quais os agricultores tratam o mundo natural e seu recursos.

Há estudos, porém, que mostram a grande persistência da pequena produção comercial nos países do Terceiro Mundo. Existem estudos em que se constata que nem sempre maior articulação com o modo de produção capitalista tem levado à destruição da pequena produção mercantil (GARCIA JR, 1983; GRAZIANO DA SILVA, 1978).

É evidente que uma articulação maior ou menor com a sociedade global capitalista tem efeitos desorganizadores sobre a pequena produção mercantil. Hoje, pode-se dizer que, no Brasil, todas as comunidades tradicionais se encontram articuladas e dependentes

da formação social. Em alguns casos, essa convivência é vivida no dia-a-dia, quando muitos agricultores saem dos seus povoados para trabalhar na cidade, mudando as formas de organização, de produção e de consumo. Ou numa empresa rural capitalista ou num barco de pesca empresarial-capitalista, mas retornam posteriormente como produtores autônomos, comprando, por exemplo, seu próprio barco de pesca onde trabalham com suas famílias. O acesso à terra e aos recursos naturais assegurados, juntamente com condições de vida adequados, são pré-requisitos para uma conservação apropriada dos recursos naturais. (DIEGUES, 1996).

3.4 – SABER CULTURAL E MEIO AMBIENTE

A transferência de tecnologia é um fenômeno que se encontra presente em toda a história, mas somente nas últimas décadas tem sido considerada como um problema. Nas culturas antigas a tecnologia possuía duas características: em primeiro lugar era muito simples e o conhecimento que continha era compartilhado praticamente por toda a comunidade e em segundo lugar, era uma tecnologia sem os conhecimentos da ciência moderna.

Para uma grande parte da humanidade, a tecnologia, que sempre foi um fator integrante da cultura individual e social, se tornou um fator externo. O “que fazer” da sociedade começou a ser determinado pelos valores culturais e sociais implícitos nas tecnologias importadas.

As sociedades criaram, através de um processo de tentativa e erro, tecnologias adequadas para suas condições específicas, e os países em desenvolvimento não são exceção à regra. As tecnologias que eles geraram desde a Revolução Industrial foram também adaptadas as suas características: recursos humanos e naturais, estrutura social e traços culturais, condições ecológicas etc. A tecnologia moderna nasceu e se expandiu em um grupo de países relativamente homogêneo e deu margem à idéia de que as soluções encontradas eram de validade universal. Quando estas tecnologias são transferidas para países com condições diferentes, essa adaptação, ao menos parcial, desaparece e o impacto negativo no ambiente social e físico torna-se evidente.

Os impactos ecológicos que resultam das tecnologias se assemelham ao produzido nos países onde estas tecnologias foram geradas, mas agravados pelos seguintes fatores: (a) não houve o processo de adaptação às condições ecológicas específicas dos países receptores em relação aos países que geraram as tecnologias. (b) Os governos do Terceiro Mundo têm grandes dificuldades para implementar medidas de controle para eliminar, ou ao menos reduzir, os impactos ecológicos negativos das tecnologias, tal como é feito nos países desenvolvidos; (c) uma grande parte da população dos países em desenvolvimento – subnutrida, com carentes condições sanitárias e médicas – é mais vulnerável aos efeitos colaterais de tecnologias poluentes que a população dos países desenvolvidos (HERRERA, 1990).

As conseqüências ecológicas indiretas se referem às transformações culturais e sócio-econômicas induzidas pela introdução das tecnologias que podem alterar a relação global da sociedade com o meio ambiente, tendo como resultado uma crescente pressão sobre o meio ambiente.

A degradação ambiental emerge do crescimento e da globalização da economia. Esta escassez generalizada se manifesta não só na degradação das bases de sustentabilidade ecológica do processo econômico, mas como uma crise da civilização que questiona a racionalidade do sistema social, os valores, os modos de produção e os saberes culturais que os sustentam.

A superexploração dos ecossistemas, que os processos produtivos mantinham sob controle, desencadeou uma força destrutiva que em seus efeitos gera necessidade de mudanças globais que ameaçam a estabilidade e sustentabilidade do planeta, a exemplo a destruição da biodiversidade, a rarefação da camada estratosférica de ozônio, o aquecimento global, dentre outros. O impacto desses descasos pode ocasionar mudanças ambientais na ordem ecológica e social do mundo.

As mudanças ambientais em nível global estão concentrando a maior atenção da comunidade científica mundial. Mas, esses processos são efeitos e estão vinculados a uma ordem econômica e cultural estabelecidas também em níveis globais, que estabeleceram

seu predomínio em escala mundial, penetrando nas políticas nacionais e nas economias locais.

O empobrecimento das maiorias também deixou de ser um fenômeno localizado e controlado, para converter-se na mais clara manifestação do fracasso da racionalidade econômica, seja no capitalismo ou no socialismo,

hoje, o número de pobres é maior do que nunca antes na história da humanidade, e a pobreza extrema avassala mais de um bilhão de habitante do planeta. Este estado de pobreza ampliada e generalizada não pode ser atribuído às taxas de fertilidade dos pobres, às suas formas irracionais de reprodução e à sua resistência a integrar-se no desenvolvimento. Hoje a pobreza é resultado de uma cadeia causal e de um círculo vicioso de desenvolvimento perverso-degradação ambiental-pobreza, induzido pelo caráter ecodestrutivo e excludente do sistema econômico dominante (LEFF, 2001, p.58).

Esse aumento da pobreza no mundo e a forte pressão sobre o meio ambiente é resultante da globalização do mercado, que está associado a um forte processo de desvalorização das culturas locais, acelerando a produção e o consumo desenfreado de gêneros industrializados. (HERRERA, 1990). Tornando-se necessário uma reorganização nas formas de organização humana.

Assim, para minimizar os níveis de pobreza os trabalhadores precisam se organizar para reivindicar políticas públicas por meio da Reforma Agrária e assim constituir um espaço para organizar-se e produzir alimentos para sua sobrevivência.

CAPÍTULO 4

O SABER AMBIENTAL NO PROJETO DE ASSENTAMENTO

DARCI RIBEIRO: *Relatos*

4.0 – O SABER AMBIENTAL NO PROJETO DE ASSENTAMENTO DARCI RIBEIRO: *Relatos*

4.1 – UM BREVE BALANÇO DA REFORMA AGRÁRIA EM SERGIPE E A PARTICIPAÇÃO DO MST

A reforma agrária no Brasil tomou a dimensão atual após o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, em 1984, a partir da utilização da sua estratégia de luta constituída em ocupação de imóveis rurais improdutivos na forma de acampamento. Esse modus operandi é um estratagema para pressionar o Poder Público Federal para que se cumpra o que estabelece a própria legislação que o criou, ou, mais especificamente que ponha em prática o previsto no artigo 184 da Constituição Federal.

Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, (2009a) o Brasil, a partir de 1985 até 2008, já assentou 1.118.132 famílias, em 80.885.180 ha. Em Sergipe, nesse mesmo período, foram assentadas 9.719 famílias, em 145.922 ha.

Os conflitos agrários em Sergipe, consubstanciados em processo reivindicatório de reforma agrária, foram deflagrados no Sertão Sergipano do São Francisco. A organização dos camponeses e trabalhadores rurais sem-terra foi de responsabilidade dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Poço Redondo e de Nossa Senhora da Glória, sob as lideranças de Manoel Dionísio da Cruz e João Sessenta, respectivamente. Logo em seguida passaram a ter o apoio da Diocese de Propriá, sob a direção do Bispo Dom Brandão de Castro, que logo depois passa a liderar toda a organização de trabalhadores rurais sem terra em todo o Baixo São Francisco sergipano.

Na ocasião, o primeiro imóvel reivindicado para fins de reforma agrária foi a fazenda Barra da Onça, localizada no município de Poço Redondo, nas proximidades da sede municipal. Foram assentadas 213 famílias em 6.378ha. Nesse momento o MST ainda não fazia parte do cenário dos conflitos agrários em Sergipe como organização estabelecida. A sua participação própria na organização reivindicatória dos sem-terra foi marcada na ocupação da fazenda Santana do Cruiri, no município de Pacatuba, em 1989,

numa área de 584 ha, onde foram assentadas 80 famílias. Nesse conflito o MST reuniu 1000 famílias. O Projeto de Assentamento recebeu a denominação de Cruiri. O MST marca a partir dessa ocupação os seus próprios passos, em Sergipe, como uma organização dos trabalhadores rurais sem-terra na luta pela reforma agrária.

Desde 1985 que o MST já conta com seus representantes no Estado de Sergipe, preparando as bases para atuação. Nesse ínterim, seus representantes se organizam entre os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais - STR, os organismos de luta da Diocese de Propriá, a Comissão Pastoral da Terra - CPT e o Movimento de Educação de Base - MEB. Somente na ocupação da fazenda Monte Santo, no município de Gararu, que ocorreu em 27 de outubro de 1987 e organizada pela CPT, é que o MST se envolve efetivamente nesse trabalho e passa a formar sua base social para a ocupação da fazenda Santana do Cruiri, que ocorre um ano, três meses e oito dias depois, em 05/02/1989 (SILVA; LOPES, 1996).

Nos seus 24 anos de atuação no Estado de Sergipe, o MST, hegemonicamente, conseguiu conquistar a maioria dos assentamentos. Nos registros da Superintendência Regional do INCRA - SR-23, até 2007, esta empresa criou em Sergipe 156 Projetos de Assentamentos, dentre os quais o Projeto de Assentamento Darci Ribeiro.

O quadro atual dos conflitos agrários em Sergipe encontra-se assim resumido: está constituído por 7.144 famílias reivindicantes de terra, totalizando 177 ocupações, sob a organização de quatro movimentos de trabalhadores rurais sem-terra, porém três dessas ocupações são oficialmente desconhecidas suas organizações. 92,09% dessas ocupações estão sob a bandeira do MST; a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe - FETASE tem 2,25% das ocupações; em atuação conjunta o MST e a FETASE fizeram 0,56% das ocupações; a Cáritas vem em seguida, com 0,56% das ocupações; o MLC fez 2,82% das ocupações; e 1,69% das ocupações se desconhecem suas bandeiras de luta, conforme Quadro 1.

Movimentos	Conflitos (n°)	Famílias (n°)	% de famílias envolvidas Por movimento	% de participação de conflitos por movimento
MST	163	6411	89,73	92,09
FETASE	4	228	3,19	2,25
MST/FETASE	1	37	0,51	0,56
CÁRITAS	1	169	2,36	0,56
MLC	5	107	1,49	2,82
SEM IDENTIFICAÇÃO	3	192	2,68	1,69
TOTAL GERAL	177	7144	100	100

Quadro 4.1 – Quadro atual dos conflitos agrários em Sergipe.

Fonte: INCRA, 2009b.

4.2 – A TRAJETÓRIA DOS ASSENTADOS DO PROJETO DARCI RIBEIRO: DA INCERTEZA A BENEFICIÁRIOS DA REFORMA AGRÁRIA

O processo de ocupação dos imóveis que resultou no Projeto de Assentamento Darci Ribeiro teve como base territorial para organização dos camponeses e trabalhadores rurais sem terra o Projeto de Assentamento Dorcelina Folador, localizado nas proximidades das fazendas Bom Pastor e Caibro, a sudoeste dos respectivos imóveis reivindicados e conquistados, muito embora, de fato, o processo de ajuntamento para reivindicação tenha se iniciado numa área do povoado Água Boa.

Essa ocupação fora decorrente das mobilizações que o MST vem fazendo em Sergipe há 24 anos; a maior parte das famílias foram mobilizadas de uma outra ocupação. Geralmente o processo de arregimentação de camponeses e trabalhadores rurais sem-terra ocorre com uma reunião desse público mobilizada pelos Sindicados dos Trabalhadores Rurais - STR nos dias de feira, em reunião ministrada pelos militantes do MST. Estas, após uma análise da conjuntura da realidade do campo brasileiro, expõem as previsões legislativas acerca da reforma agrária. Em seguida, os militantes passam a fazer uma orientação sobre os direitos de todos previstos pela Constituição Federal. As reuniões são sempre seguidas de outras até que se marque a data da ocupação. A arregimentação se faz

também por via de um processo multiplicador, um amigo vai chamando o outro, e foi assim que muitos assentados aderiram à reivindicação por terra.

Aproximadamente em junho de 2002, respaldados das condições materiais a que estavam submetidos e fortalecidos pela mística e símbolos do MST, um grupo de assentados, totalizando 180 a 200 famílias, ocupou aquelas fazendas. Foram mais de três anos de amargurada luta, mas, finalmente, em 7/12/2005, receberam a imissão de posse e em 12/12/2005 foi criado o Projeto de Assentamento, através da Portaria nº 84, publicada no DOU de 30/12/2005. Das 200 famílias envolvidas foram assentadas apenas 31 famílias, conforme a capacidade de exploração dos imóveis; as demais foram mobilizadas para outra ocupação.

Das 31 famílias assentadas no Projeto de Assentamento Darci Ribeiro, 19,32% são de camponeses egressos do campo que passaram a viver no meio urbano há várias décadas, desenvolvendo atividades de pedreiro, armador, carpinteiro, serviços gerais e industriários. Enquanto a maior parte, 80,65% das famílias é de camponeses proletarizados sergipanos que trabalhavam em sítios e fazendas. Fato que resulta em prática diversificada das atividades agrícolas que são facilmente verificados a partir dos plantios ali realizados. Segundo dados coletados na pesquisa de campo do total das famílias assentadas apenas 22,59% não têm ainda criação de animais; já 41,93% das famílias praticavam a pesca no estuário do Rio Vaza Barris como forma complementar de sobrevivência; e ainda 6,45% das famílias praticavam a caça para garantir a segurança alimentar (Gráfico 4.1). Por outro lado, a caça por eles praticada era desenvolvida sob uma visão conservacionista a partir do critério de não abater as fêmeas dos animais caçados.

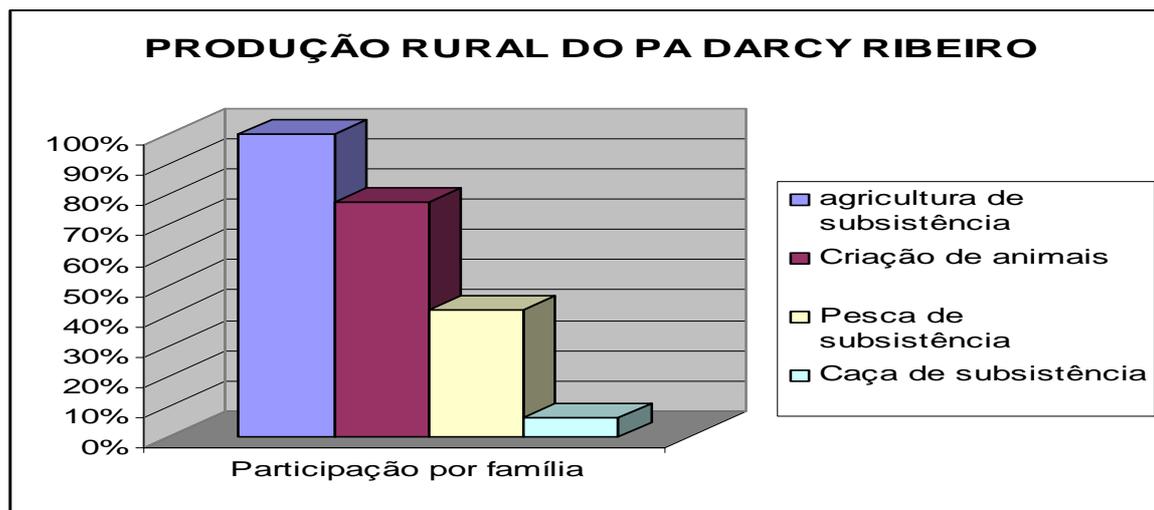


Gráfico 4.1- Produção Rural do Projeto de Assentamento Darci Ribeiro

Fonte: pesquisa de campo, 2009

Outra característica camponesa na relação dos assentados do Projeto de Assentamento Darci Ribeiro com o meio ambiente, que neste estudo traduz-se como saber ambiental, é que todos catavam a mangaba, fruto da mangabeira, para auto-consumo; ao mesmo tempo 9,67% dessas famílias utilizavam o extrativismo da mangaba como forma para complementar a renda financeira familiar. O extrativismo, em geral, é uma atividade comum das comunidades tradicionais e neste Projeto de Assentamento esta atividade era bastante presente e se limitava apenas pela escassez dos artigos necessários à subsistência da comunidade.

Do total das famílias assentadas no Darci Ribeiro, 96,77% são sergipanos e 3,23 são formados por trabalhadores rurais do Estado de Alagoas. Outra característica marcante de identificação da origem social dos camponeses desse assentamento é o fato da reduzida escolaridade da maioria deles, pois se verifica que apenas 15,12% frequentaram a escola até a 6º ano do ensino fundamental; 38,60% fizeram até a 3º ano do fundamental; 31,25% nunca tiveram oportunidade de sentar num banco escolar; 11,80% conseguiram concluir o ensino fundamental, e apenas 3,23% chegaram a concluir o nível médio.

4.3 – O SABER AMBIENTAL ADVINDO DOS ASSENTADOS

4.3.1 – O saber ambiental na produção da agricultura

Os sistemas agrícolas tradicionais surgiram no decorrer de séculos de evolução biológica e cultural. Eles representam as experiências acumuladas de camponeses interagindo com o meio ambiente sem acesso a insumos externos, capital ou conhecimento científico. Utilizando a autoconfiança criativa, o conhecimento empírico e os recursos locais disponíveis, os camponeses tradicionais frequentemente desenvolveram sistemas agrícolas com produtividades sustentáveis. Uma característica notável desses sistemas é o grau de diversidade das plantas, geralmente na forma de policultivo e/ou padrões agroflorestais. Essa estratégia de minimizar o risco por meio do cultivo de várias espécies e variedades de plantas estabiliza a produtividade a longo prazo, promove a diversidade do regime alimentar e maximiza os retornos com baixos níveis de tecnologia e recursos limitados (ALTIERI, 1998).

Isso é o que se verificava no Projeto de Assentamento Darci Ribeiro referentemente à produção agrícola praticada pelos assentados, com o uso do sistema de policultivo, através do qual são cultivados mandioca, macaxeira, feijão, milho, batata-doce, abóbora, inhame, amendoim, maxixe, melão, fava, quiabo, hortaliças (alface, cebola, cebolinha, coentro, couve, tomate), coco-da-baía, cana-de-açúcar, banana, mamão, maracujá, melancia, cajueiro e goiabeira; paralelamente desenvolveram a criação de animais que interagem com a prática agrícola como elementos comuns de uma mesma atividade, garantindo assim condições para a realização da produção local sem a aquisição externa de insumos e tecnologias alheias à prática cultural da comunidade. A incorporação das fezes dos animais como adubação natural no cultivo de plantas e o consumo dos restos dessas plantas pelos animais como ração tem sido a base de um sistema agrícola retroalimentar.

As culturas agrícolas cultivadas no Assentamento foram distribuídas entre várias espécies e estas foram subdivididas em algumas variedades diferentes, no que é próprio da agricultura familiar ou camponesa. Entre os assentados, conforme suas experiências variaram-se suas preferências pelas espécies e pelas variedades a serem cultivadas. Assim

sendo, verificou-se que 61,29% das famílias se dedicavam ao plantio de mandioca e em igual percentual se entregavam ao plantio de feijão, divididos entre o feijão cariocinha, feijão badajó e o feijão-de-corda; 51,61% das famílias estavam voltadas para o plantio do milho, também divididos entre as variedades de milho de pipoca, o catete e o milho comum. A denominação deste último se faz decorrente de ser o mais encontrado no mercado. Essas três culturas são as mais cultivadas pelos assentados, apesar das demais.

A cultura do coco-da-baía detinha a maior área de utilização no Projeto de Assentamento, com cerca de 13,57 ha, porém esse cultivo não é fruto do trabalho dos assentados e sim da administração dos antigos proprietários. A produção desses coqueiros passou a ser apropriada coletivamente pelos assentados. A cultura da goiaba, do caju, da manga e da jaca são também cultivos implantados pela antiga administração das fazendas.

As demais culturas de subsistência preferidas pelas famílias assentadas eram a macaxeira, plantada por 22,58% das famílias; a batata-doce, cultivada por 35,48% das famílias; a abóbora, cultivada por 19,35% das famílias; o inhame, cultivado por 16,12% das famílias; amendoim, 32,25% das famílias o cultivava; 9,67% das famílias cultivavam melancia; já maxixe, quiabo, banana, mamão e fava são cultivados por 6,45% das famílias (a fava é uma cultura atualmente pouco encontrada no mercado); enquanto que o melão, a cana-de-açúcar, o maracujá e hortaliças, apenas 3,22% das famílias se dedicavam aos seus cultivos.

Quanto a animais, os assentados dispunham de criação de pequenos, médios e grandes. A preferência por certos animais recai sobre a disponibilidade de área e recursos financeiros para manter o criatório. Nesse sentido, verificou-se que 67,74% das famílias crivam frangos; 22,58% preferiam criar suínos; 12,90% criavam ovinos e 6,45% das famílias preferiam bovinos; e apenas 3,22% criavam pato.

Em relação ao tipo do solo, o assentado desenvolvia maneiras ou técnicas de lidar com a implantação de cultivos. No Projeto de Assentamento Darci Ribeiro não era diferente: os assentados revelavam suas experiências com o meio ambiente aprendidas com seus antepassados. Como boa parte do solo do assentamento era constituída de solo Podzol, portanto solo de baixa fertilidade e geralmente com o lençol freático bastante raso, principalmente no período das chuvas, eles estavam praticando um sistema de

covoamento, onde a cova ficava quente, pois a finalidade era evitar doenças nas folhas e a podridão das raízes.

Esse sistema se constituía em fazer covas altas (Figuras 4.1 e 4.2), juntando à cova o mato retirado da capina, em seguida espalhava-se esterco de animal e uma fina camada de terra. Com as covas molhadas pelas chuvas, procedia-se à homogeneização do material e se plantavam as manivas, as sementes de feijão e outras. Os assentados estavam dando preferência à cama de frango¹⁹ por ser de mais fácil aquisição. Ainda como adubo usavam a manipueira.



Figura 4.1 – Adubação no sistema de covas altas
Fonte: Fernando Curado, 2007



Figura 4.2 – Sistema de covas altas
Fonte: Fernando Curado, 2007

Apesar de preferirem adubo orgânico, ainda não dispunham de esterco suficiente para desenvolver o plantio totalmente natural. O esterco era utilizado depois de curtido ou misturado com restos de cultura. Infelizmente 45,16% das famílias ainda usavam adubação química, porém em pequena quantidade, pois os preços do adubo químico eram incompatíveis com o poder aquisitivo dos assentados além do que eles estavam conscientes de que a adubação química era um verdadeiro engodo, e findava enfraquecendo o solo, segundo relatado pelo próprio assentado:

“O adubo de caroço enfraquece a terra. No início ele dá uma força danada à planta, mas que finda muito rapidamente” (M. J. dos S.²⁰).

¹⁹ Maravalha e/ou restos vegetais misturados com esterco, obtidos nos pisos dos galinheiros ou granjas

²⁰ Nomes abreviados para salvaguardar a identificação do assentado.

Nos trópicos, plantar no período das chuvas é um saber ambiental comum para o agricultor familiar, contudo desse saber derivam muitos outros que não chegam a ser de domínio comum uma vez que algumas técnicas são inerentes a determinados tratamentos culturais.

No Projeto de Assentamento Darci Ribeiro alguns assentados no plantio da macaxeira utilizavam uma técnica que consistia em dar um corte severo na maniva próximo ao chão para usar toda a rama. As manivas eram utilizadas na realização de um novo plantio, em outra área, e as folhas eram depois utilizadas como ração animal. Como essa planta tinha o poder de regeneração, o corte não lhe era tão prejudicial, desde que fosse num período próximo das chuvas a fim de induzir uma rebrota mais vigorosa.

Os assentados, como todos os agricultores tradicionais, desenvolveram um sistema agrícola caracterizado pela diversidade de plantas, na forma de policultivo (Figura 4.3), visando à produção de subsistência. Essa relação com a natureza não se dá apenas no plano econômico, embora seja pela mera obtenção dos bens necessários à subsistência. Ela se estabelece também com um vínculo de admiração e respeito, a exemplo do que se verificou no meio do milharal, o plantio consorciado com o feijão, a macaxeira, o maxixe, o melão e a melancia. Ainda se encontravam pés de girassol, colorindo, embelezando e alegrando o roçado, além de servirem estrategicamente como uma fonte de alimentos para os pássaros. Isto permitiu reprimir que essas relações de assentados com o meio ambiente eram formas sustentáveis do saber ambiental.



Figura 4.3 - Policultivo

Fonte: Fernando Curado, 2007

4.3.2 – A produção rural local em perspectiva e o meio ambiente

Visando a alcançar melhores rendimentos associados a uma prática agroecológica adequada os assentados vinham discutindo entre si formas de arranjos produtivos, de modo a agregar valor aos seus produtos. A primeira discussão girou em torno do Arranjo Produtivo Local - APL nas casas de farinha de mandioca. Além da farinha, seriam produzidos bolo de puba, beiju, sarolho, pé-de-moleque, mal-casado, bem como a extração da tapioca principalmente.

O plantio da mandioca pelos assentados revelou um saber ambiental considerando vários aspectos, entre eles o aproveitamento integral da planta, tanto no uso para a alimentação humana como para ração animal e ainda como adubação; apesar de o solo ser de baixa fertilidade para culturas temporárias, como sabedores disso, portanto, eles utilizavam técnicas de plantio associando adubação orgânica constituída por restos de culturas e esterco de animais aplicados em covas altas. Não só da mandioca, mas em geral eles empregavam o sistema agrícola de plantio consorciado, principalmente com leguminosas, como feijão-de-corda e feijão-de-arranque. Tudo isso para compensar a baixa fertilidade do solo.

Outro APL já colocado em prática era a criação de aves, no caso frango de corte em pequenos confinamentos e galinhas caipiras com dupla aptidão, ovos e corte, estas últimas com a liberdade de ciscar ajudando a arear o solo. Todos os animais eram alimentados com sub-produtos da produção agrícola, entre estes a maniçoba, palhas de milho, rama de feijão e outros.

Estava em discussão um projeto de execução de uma pequena fábrica de doce de araçá. Esse APL revelou também o saber ambiental desse público, uma vez que o assentamento dispunha de muitos araçazeiros. A coleta e o uso do seu fruto evitavam o corte das plantas para dar lugar a outros vegetais, disso os assentados poderiam auferir rendimentos financeiros.

O extrativismo da mangaba era outro indicativo de perspectiva de produção econômica imbricada com o saber ambiental desses assentados. Como toda atividade extrativista vegetal, no que diz respeito à coleta de frutos, é por si só uma prática conservacionista. No caso da mangabeira, além do seu fruto de alto valor comercial era também o seu látex utilizado como remédio para cura de algumas enfermidades.

Havia ainda entre alguns o interesse de trabalhar com fruticultura. Isso é outro nobre exemplo de saber agroecológico, pois além de fornecer uma cobertura vegetal ao solo garantia também um habitat para certos animais silvestres.

O saber ambiental desses assentados era estabelecido de forma simples de modo que todos os membros da comunidade assimilavam facilmente esse saber. O oposto ocorre com a ciência e tecnologias modernas quando se apropriam do saber tradicional já que reestruturam esse saber na forma de conhecimento científico fazendo crer que só o conhecimento é a chave da interpretação do mundo e da relação com o meio ambiente. Na pesquisa de campo pôde-se constatar o saber etnobotânico dos assentados. As taxonomias etnobotânicas²¹ são taxonomias tradicionais mais comumente registradas.

E, particularmente neste item, o uso de frutos nativos na produção de alimentos na forma de doce, bem como a simplicidade da transmissão do saber como era conduzida pelas populações tradicionais, vivenciada, neste estudo, pelas assentadas Sr^a M. A., ao expor de como fazer doce de araçá (figura 4.4), e Sr^a M. de L., na sua exposição de como fazer doce de goiaba com coco, respectivamente, assim expostos:

“Pra se fazer o doce de araçá, corta a fruta madura, tira a semente, coloca na panela e dá uma fervura. Depois bate no liquidificador (liquidificador se usa hoje, antes passava na peneira). Depois coloca num tacho ou caldeirão a mesma quantidade de açúcar igual a quantidade de massa de araçá; daí vai cozinhando em fogo baixo. Se a gente quer que fique como uma goiabada bem dura, tem que manter o fogo baixo e vai mexendo para não grudar no fundo da panela até dá o ponto”.(Sic.)

²¹ O conhecimento etnobotânico de certos campesinos no México é tão elaborado que os maias do Tzetal, P'urepecha e Yucatan conseguem identificar mais de 1.200, 900 e 500 espécies de plantas, respectivamente. De modo semelhante, mulheres aborígenes !ko, na Botswana, identificaram 206 das 211 plantas coletadas pelos pesquisadores, e os plantadores Swidden Hanunu, nas Filipinas, mais de 1.600 espécies de plantas (ALTIERI, 1998).



Figura 4.4 – Frutos do Araçazeiro
Fonte: arquivo pessoal, out/2009

“Minha filha, pra se fazer o doce de goiaba com coco, a gente pega a goiaba madura, lava, pinica a goiaba, bota no fogo para cozinhar. Depois boto mais ou menos 2 kg de açúcar (isso para uma pequena quantidade de doce) deixo no fogo lento pra ficar coradinho. Cozinho no fogão de lenha. Quando tiver perto de dá o ponto coloco um coco e meio ralado, daí deixo dá o ponto. Mas fico mexendo pra não grudar na panela. O ponto dele é quando está liguento, soltando da panela. Desse doce, minha filha, só comprei o açúcar, o resto foi da área do assentamento”. (Sic.)

Os relatos acima demonstravam os saberes que os assentados se apropriavam para fazer uso dos produtos extraídos do meio ambiente no assentamento Darci Ribeiro, reforçando a idéia dos saberes ambientais de que tanto faz uso.

4.3.3 – Extrativismo vegetal, uma essência do saber ambiental

4.3.3.1 – Plantas medicinais e o “remédio de mato”

A vantagem do saber popular rural é que ele é baseado não apenas em observações precisas mas, também, em saber experimental. Esta abordagem experimental é bastante evidente na seleção de variedades de sementes para ambientes específicos, mas também é

implícita na testagem de novos métodos de cultivo, visando à superação de limites biológicos ou socioeconômicos particulares. De fato, os agricultores geralmente atingem uma riqueza de observação e uma acuidade de descrições acessíveis aos cientistas ocidentais somente através de um longo e detalhado processo de mensuração e quantificação (ALTIERI, 1998).

Os assentados do Projeto de Assentamento Darci Ribeiro possuíam uma classificação de 26 (vinte e seis) plantas utilizadas por eles para o tratamento da saúde de seus familiares. Entre estas, eles fazem uma subdivisão, assim definida: plantas domésticas, aquelas que comumente são plantadas nas proximidades das casas; e plantas nativas, as que são encontradas na vegetação nativa.

A vegetação usada como remédio, levantada neste estudo foi a seguinte: a) plantas domésticas: hortelã grande, hortelã miúda, capim santo, mangericão, abacate, alho, vick, sete-dor, anador, boldo, cidreira, e erva-doce; b) plantas nativas: pedreira ou quebra-pedra, mangabeira, barbatimão, acalanto, chumbinho, malva-branca, sambacaitá ou canudinho, gravilopes, araçá, aroeira, mastruz, jurubeba, manjão-gomes, citronela. Logo, 53,84% da vegetação utilizada como remédio são nativas, implicando na afirmação de que o público pesquisado conservava o saber ambiental tradicional; já 46,15% da vegetação usada como remédio era de uso comum, não só na sociedade sergipana como na maior parte do Brasil.

Assim sendo, a realidade palpável desse saber ambiental a partir da finalidade, da elaboração, do modo de usar os remédios de mato, assim definidos pelos próprios elaboradores e usuários, além de relatos sobre seu uso e a sua eficiência são indicados a seguir:



Figura 4.5 – Mangabeiras
Fonte: Suelen Ferreira, 2009

O látex da mangabeira. É usado no tratamento de dor na coluna, gastrite, úlcera e também para muitas dores, é também um cicatrizante. O látex é extraído com um corte na planta e coloca-se um vaso para apará-lo. O látex é ingerido *in natura* na medida de uma colher de sopa toda manhã, em jejum, até o problema passar. Sr^a M. de L. contou que aprendeu a usar o leite da mangaba como a própria paciente.

“Eu estava com uma dor que não tinha jeito de passar, ai uma senhora lá no acampamento me disse: oi tome um copinho de leite de mangaba. E eu perguntei: E é bom? Ela disse é ótimo pra tudo. Aí eu tomei. Minha filha, desapareceu a dor”. (Sic.)

Sobre a eficiência do leite da mangaba (Figura 4.6), ela contou que:

Um rapaz de Itaporanga, do posto, que é empregado de G., disse que duas injeções que tomava por semana. E não teve jeito. Mas ele passou a tomar uma colher de sopa toda manhã, em jejum, do leite da mangabeira, só foi 15 dias e ficou bom”. (Sic)



Figura 4.6 – Mangabeira com frutos
Fonte: arquivo pessoal, out/2009

O chá e o banho de barbatimão. É cicatrizante e anti-inflamatório. É da casca dessa árvore que se faz o remédio. Tira-se a casca e lava-se bem para retirar alguma impureza trazida pelo vento, como poeira; em seguida, coloca-se na panela com água, tampa-se e dá uma fervura. Dez minutos depois está pronto o chá para ser consumido, tomando-o via oral ou banhando o ferimento.



Figura 4.7 – Barbatimão
Fonte: arquivo pessoal, out/2009

Comentando da importância do uso do barbatimão, a Sr^a M. de L., relatou:

“inclusive mesmo quando eu tive a minha cirurgia eu passei um mês né me limpando com ele, o babatemão. Então, ele é um remédio muito bom. É ótimo, né. Pra qualquer tipo de inflamação. Seja ferida, seja qualquer tipo de inflamação até útero mesmo”. (Sic.)

Sr^a M. de L. quando perguntada sobre as formas de difusão do uso do barbatimão no Assentamento, ela respondeu:

“muita gente usa. Inclusive o médico de minha colega, a minha irmã da igreja, ele disse pra ela que esse remédio é muito bom, que ele tranca até as carnes né!, ele fecha. É muito bom. É maravilhoso mesmo o babatemão!”(Sic.)

Reforçando a qualidade e a eficiência do barbatimão, M. A. disse:

“o babatemão é bom pra saúde da mulher, você faz o banho e toma. Tira a casca, lava a casca por causa da poeira, coloca na panela com água e tampa e dá uma frevura. E tá pronto o chá pra beber. Serve para os problemas da mulher”. (Sic.)

Banho da folha de aroeira. É um cicatrizante e anti-inflamatório. O preparado é feito com as folhas, as quais são lavadas e depois cozidas, numa porção suficiente e

necessária para cada aplicação. O preparado é utilizado ainda morno, banhando-se o ferimento porém sem enxugá-lo, pois é preciso que ocorra uma boa penetração do remédio no ferimento para que a sua ação possa efetivar à cicatrização.

Para mostrar a eficácia da folha da aroeira associada ao sambacaitá a Sr^a M. de L. contou um caso que marcou a eficiência dos remédios:



Figura 4.8 – Aroeira
Fonte: arquivo pessoal, out/ 2009

“uma vez meu filho teve um corte no pé. Levei para o antigo INSS, não teve como dar ponto porque tava muito inflamado. Eles fizeram um curativo pra depois dá ponto. Então, eu fiz assim, lavei o pé com sabão e depois lavei com água da aroeira. E torrei a folha do sambacaitá, quando acabei pequei um pano bem limpo, sem usar, botei as folhas no pano e machuquei bem até ficar um pozinho. Peguei o pó e peneirei. Fica igual a um pozinho fino. Já tinha lavado com aroeira e já estava bem enxutinho, aí peguei o pó do sambacaitá e coloquei no corte. Com três dias aquele corte que ia precisar dar ponto, tava normal e cicatrizado. E nunca me esqueci. Porque o sambacaitá também é cicatrizante”.(Sic.)

Lambedor e chá de jurubeba. O lambedor serve para curar gripe, tuberculose, estômago e tirar catarro da cabeça. O lambedor de jurubeba feito por Sr^a M. de L. segue o seguinte procedimento:

“pega a semente de jurubeba, folha de canção, mastruz, cebola, alho, hortelã graúdo, hortelã miúdo; e coloca também beterraba, cenoura, capim santo, cidreira, bodo, sete dor, manjerição. Coloca tudo para cozinhar; depois machuca as sementes e as folhas; depois tira bem o sumo de toda mistura; e junta o sumo com açúcar e volta ao fogo e deixa ficar no ponto de mel, e aí chega ao lambedô. É usado em adultos e crianças, uma colher de sopa três vezes ao dia, antes da refeição”. (Sic.)



Figura 4.9 – Jurubeba
Fonte: arquivo pessoal, out/2009

O chá serve para curar gripe. Para fazer o chá, deve-se utilizar as folhas mais tenras, aquelas das extremidades da planta, conhecida pelo homem do campo como olhinhos. Daí é cozinhar e depois é só coar. O modo de tomar é, geralmente, como todo chá utilizado como remédio em caso de resfriados e gripes, uma xícara pela manhã e outra à noite.

Sr^a M. de L., à luz da sua vasta experiência, chamou a atenção comentando que:

“O remédio da farmácia, a gente pensa que cura, mas faz é secar o catarro lá dentro, fica preso e não solta a secreção. Quando tiver o catarro amarelo e quando ta soltando é sinal que ta acabando com a gripe. Não fica agarrado nos pulmão.” (Sic.)

Chá de folha de abacateiro. Serve para aliviar dores dos rins e é tido também como diurético. Para fazer o chá, as folhas são cozinhadas em água. Quando estiver frio ou ainda morno é só tomar uma xícara três vezes ao dia, afirma um assentado.

Lambedor de chumbinho. Serve para curar gripe. As folhas são postas a cozinhar; para cada litro de água coloca-se um quilo de açúcar. E o ponto é quando



Figura 4.10 - Abacateiro
Fonte: arquivo pessoal, out/2009

ele espumar. Ele pronto é só tomar uma colher de sopa três vezes ao dia, relatam os assentados.

Bochechada ou banho de chá de malva-branca.

É um anti-inflamatório natural e cicatrizante. São utilizadas as folhas para o preparo do chá. É muito utilizado para desinflamar dentes ou cicatrizar a gengiva na extração dos dentes. Em ambos os casos é só fazer bochechada com o chá várias vezes ao dia. Também é utilizado em banhos nas áreas genitais inflamadas.

Sr. P. deu ênfase às qualidades curativas da malva-branca, informando que: *“já tem remédio feito dela, que é o malvatricin”*. (Sic.)



Figura 4.11 – Malva-branca
Fonte: arquivo pessoal, out/2009

O pó da folha de sambacaitá ou canudinho.

É um anti-inflamatório e cicatrizante. *“Pega a folha, joga dentro de uma vasilha e põe no fogo para secar, tem que ser no fogo lento, depois que tiver torradinha, machuca, e coloca o pó na enfermidade”* (Sic.).
Relatou o assentado Sr. P.S.



Figura 4.12 – Sambacaitá
Fonte: arquivo pessoal, out/2009

A casca e o xarope de gravilopes. Indicada para inflamação na garganta. Para ser utilizada serve-se da casca da árvore no tamanho suficiente para se fazer uma bandagem no pescoço, com a parte interna (seiva) virada para o pescoço. Só é retirada depois de seca, que leva de dois a três dias.

O xarope ou lambedor também serve para curar inflamação da garganta. O seu preparado tem o seguinte



Figura 4.13 - Gravilopes
Fonte: arquivo pessoal, out/2009

procedimento: como a planta tem muito espinho, para colher as folhas primeiro retira da planta os galhos e coloca-os em um lugar abafado ou dentro de um saco plástico hermético para facilitar a posterior retirada das folhas. Depois deixa secar, à sombra, ou melhor, em área ventilada; as folhas são então cozidas; para cada litro de água coloca-se um quilo de açúcar. E o ponto é quando ele espumar. Ele pronto é só tomar uma colher de sopa três vezes ao dia (o processo final é semelhante ao realizado para produzir o xarope do chumbinho), afirmavam os assentados do Darci Ribeiro.

Chá e bochechada da folha do araçazeiro.

“Serve para dor de barriga, e a bochechada serve como anti-inflamatório, muito usado em caso de dente inflamado. Para fazer a bochechada e o chá é o mesmo jeito. Retira a casca do araçazeiro, põe no fogo pra cozinhar junto com casca da goiabeira e coloca um pouco de sal. Quando tiver morno que dê para uma pessoa aguentar, faz o bochecho na hora de dormir. Já o chá é só tomar uma xícara, também na hora de dormir”. (Sic.). Revelou o Sr. P.S.



Figura 4.14 – Araçazeiro
Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Inalação de erva vick. Serve para desobstruir as vias nasais. Põe-se água para ferver, assim que a água estiver fervendo coloca-se num recipiente maior, uma bacia, com as folhas de vick e passa-se a inalar o vapor com as substâncias presente nas folhas do vick.

O chá da erva sete-dor. *“Serve para sete tipo de dor: dor de cabeça, dor de ouvido, dor de barriga, cólica menstrual, dor no corpo, dor nos ossos, gases. Para fazer o chá, lava bem às folhas (não se usa muita folha porque é bem amarga); aí coloca numa panela pra cozinhar e quando pronto, tomo uma xícara três vezes ao dia”* (Sic), afirmou Sr^a M. de L.



Figura 4.15 – Erva Sete-dor
Fonte: arquivo pessoal, out/2009

Chá da erva anador. Serve para dor de cabeça, dor no corpo e para gripe. É de preparo simples; lavar bem as folhas, em seguida cozinhar em água quente mas pouca. Quando pronto, tomar uma xícara. Sr^a M. de L. mais uma vez expõe uma experiência vivida por alguém que fez uso do remédio, revelando assim a sua eficiência,

“Minha cunhada lavou as folhas, quando acabou cozinhou no fogo com um pouco de água. Aí pegou uma xícara e tomou como se fosse um café. Aí ela não sabe onde foi parar a dor de cabeça, ela disse que ficou leve. Tem gente que só fica tomando remédio químico, e não sabe que no fundo da casa, no quintal, tem um remédio importante que pode ficar bom sem precisar tomar remédio de farmácia”. (Sic.)



Figura 4.16 – Anador
Fonte: arquivo pessoal, out/2009

Chá de mastruz. Serve para curar azia e outros queimores no estômago, para curar de gripe forte com catarro e tuberculose. Para passar azia e outros queimores no estômago basta mascar e engolir umas folhas do mastruz. Para gripe forte e tuberculose, o preparado se faz da seguinte forma: colocam-se algumas folhas com leite e bate no liquidificador; ou pisa num pano e depois mistura com leite in natura e toma-se um copo ou uma xícara.

D. M. de L. revelou como se deu a sua descoberta e a comprovação da sua eficiência:

“comi uma comida assim, tava comendo pimenta de cheiro de panela, demais, pois tinha muito no pé. Ai descobri que estava com um queimo no estômago, e logo descobri também que foi dela. Eu colocava pasta de dente na boca para passar. Aí eu disse, vou usar umas folhinha de mastruz, aquele gostinho pra experimentar. Experimentei, e aí passou a queimadeira e não deu mais”.(Sic.)



Figura 4.17 – Mastruz

Fonte: arquivo pessoal, out/2009

Chá de hortelã miúdo. Serve como vermífugo. É de preparo simples, basta passar a folha no liquidificador com leite e alho e tomar um copo ou uma xícara em jejum.

Chá de boldo. Serve para resolver problemas no fígado. Preparo simples ferve a água e coloca algumas folhas dentro. Ainda morno é servido em uma xícara.



Figura: 4.18 - Boldo

Fonte: arquivo pessoal, out/2009

Lambedor de manjeriço. Serve para curar gripe. Para fazer o lambedor, além do manjeriço, colocam-se: alho, cebola e hortelã; mistura com açúcar ou mel. Tomar três vezes ao dia, em uma colherzinha de chá.



Figura 4.19 – Manjeriço
Fonte: arquivo pessoal, out/2009

Chá de erva cidreira. Serve como calmante e alivia dor de barriga. Preparo simples: ferve-se a água e colocam-se algumas folhas dentro. Ainda morno é servido em uma xícara.



Figura 4.20 – Cidreira
Fonte: arquivo pessoal, out/2009

Chá de manjão-gome. Serve como laxante em caso de intestino preso. Prepara-se a partir do uso das folhas; depois de fervido, é só tomar uma xícara. O manjão-gome serve também para alimento, se faz um ótimo refogado.

Chá de erva-doce. Cura a cólica de bebê recém-nascido e serve também como calmante para adultos. Colocam-se folha verde ou seca, ou a semente, numa panela. Dá-se uma fervurinha, com a panela tampada para não sair o melhor que é a potência e o aroma da planta. Para passar a cólica de bebê são necessárias três colheres de chá; já adulto deve tomar uma xícara a qualquer momento, conforme a necessidade.

Chá de capim-santo. Serve como calmante. Preparo simples: ferve-se a água com algumas folhas. Ainda morno é servido em uma xícara.

Chá de pedra ou quebra-pedra. Serve para dissolver cálculos renais. Preparo simples: ferve-se a água coloca algumas folhas. Ainda morno é servido em uma xícara.

Xarope de acalanto. Serve para curar gripe.

Todos os chás expostos nesse estudo só reforçam a sabedoria dos assentados no uso dos produtos extraídos do meio ambiente sinalizando a eficácia no preparo dos remédios considerados caseiros e que muito se têm hoje já industrializados. Contudo, vale ressaltar as experiências vividas pelos assentados que buscam sanar suas dores recorrendo aos produtos mais próximos de forma experimental.

4.3.3.2 – Contribuições do saber ambiental dos assentados para o desenvolvimento sustentável

A urgente necessidade de combater a miséria rural e regenerar a base de recursos das pequenas propriedades tem estimulado diversas Organizações Não-Governamentais, nos países em desenvolvimento, a buscar ativamente novas estratégias de desenvolvimento e manejo de recursos na agricultura. O trabalho das ONG's está inspirado na crença de que a pesquisa e o desenvolvimento agrícola devem operar baseados em uma abordagem “de baixo para cima”, utilizando os recursos já disponíveis no meio ambiente. Acredita-se que as estratégias baseadas na participação, capacidade e recursos locais aumentam a produtividade enquanto conservam a base dos recursos. Conhecimento local dos assentados sobre o ambiente, plantas, solo e processos ecológicos possui uma grande importância nesse novo paradigma agroecológico (ALTIERI, 1998).

Nesse aspecto identificou-se um importante potencial do saber ambiental dos assentados do Projeto de Assentamento Darci Ribeiro, onde quase 50% do total da vegetação utilizada são autóctones. Essa realidade tem se coadunado com os objetivos do projeto ambiental da Embrapa Tabuleiros Costeiros da Reserva do Caju. Foram identificadas aí sete espécies de vegetais autóctones sendo utilizados pelos assentados na sua alimentação, enquanto 15(quinze) espécies autóctones são utilizadas para fazer remédios.

Do total da vegetação em geral utilizada pelos assentados apenas para alimentação humana e remédio, entre cultivadas e silvestres, 39,28% são de vegetação autóctone, das quais 12,5% usadas na alimentação dos assentados e 26,78% utilizadas como remédio. Como as vegetações utilizadas como remédio já foram apresentadas no subitem anterior, neste agora serão apresentadas apenas aquelas utilizadas na alimentação, tais como: mangaba, araticum, jenipapo, araçá, maçaranduba, ouricuri e monjão-gome.

A mangaba, fruto da mangabeira, é bastante apreciada, seguramente pode-se afirmar que por toda a população nordestina e, sobretudo a sergipana. É largamente consumida de várias maneiras, em sucos, sorvetes, licores e in natura. No Assentamento ela é consumida mais in natura e em sucos.

Araticum, fruto do araticunzeiro. Este vegetal guarda uma forte semelhança com a graviola. Os assentados a consomem in natura ou em suco.

O jenipapo, fruto do jenipapeiro, é uma fruta silvestre muito apreciada em Sergipe e em outros estados nordestinos, é consumido na forma de suco. No assentamento é consumido quando maduro na forma in natura, suco e doce.

O araçá. Fruto do araçazeiro, tem semelhança com a goiaba. No assentamento ele é muito consumido na forma de doce, inclusive existe a perspectiva de ser fabricado para venda.

A maçaranduba. Fruto da maçarandubeira; é pequeno arredondado, de casca dura e avermelhada. Dos frutos feridos escorre, mesmo maduro, látex da casca. A maçarandubeira, é possível afirmar, está em extinção no Estado de Sergipe, pois é uma madeira de lei muito apreciada para a construção civil. O fruto é consumido in natura pelos assentados.

O ouricuri ou adicuri. É o fruto da palmeira ouricuri ou adicuri como é comumente chamada em Sergipe. Esse fruto, como de toda palmeira, é um coco, mais miúdo do que as demais palmeiras brasileiras. O consumo do adicuri no assentamento se faz após cozinhá-lo, daí é quebrado para retirada da sua amêndoa.

O monjão-gome. É uma vegetação forrageira muito utilizada no preparo de refogado ou ensopado com coco.

Os produtos acima se destacavam no assentamento pelo uso constante pelos assentados, conforme demonstrado no Gráfico 4.2.

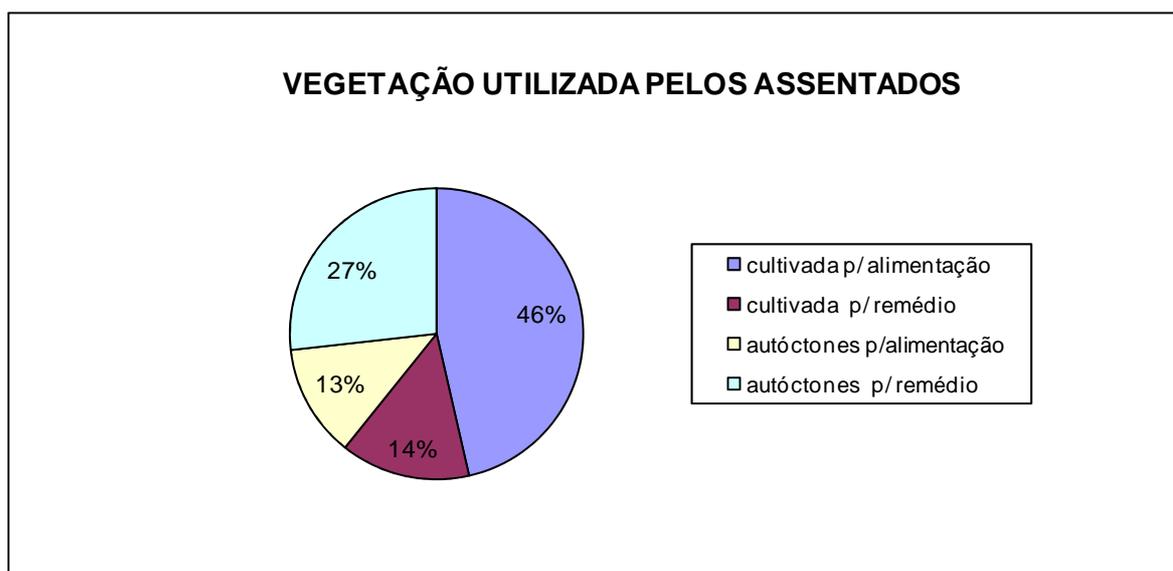


Gráfico 4.2 – Vegetação cultivada e autóctone utilizada em alimentação e remédio
Fonte: Pesquisa de campo, 2009

4.3.3.3 – Artesanato, tecnologia rudimentar, arte ou cultura de folk

A cultura de folk é entendida por sociólogos e antropólogos como a cultura de povos pré-letrados rurais, com costumes cristalizados e uniformes e outras características que se opõem à civilização (DELLA TORRE, 1977). Esses aspectos definem o artesanato tipicamente como um traço da cultura de folk e, em outros termos, em contraste com a sociedade moderna industrial, é também o artesanato definido como tecnologia rudimentar, principalmente quando os produtos gerados se tratam de instrumentos produtivos ou utensílios domésticos, originados do barro, da madeira ou de derivados de vegetais ou animais. Quando o objeto criado representa uma imitação da natureza ou da própria cultura humana com matéria-prima extraída do meio ambiente, tem-se aí a outra face do artesanato definida como arte.

As comunidades distantes das cidades, principalmente as mais distantes, tendem a resistirem mais aos impostos atrativos culturais dos meios urbanos, pela via do mercado, e nesse contexto as áreas naturais onde habitam são exemplos de dinâmica de relação harmoniosa entre homem e o meio ambiente, conservando os recursos naturais através de sua cultura de folk.

Na atualidade a relação campo cidade tem sido marcada não por uma acirrada dicotomia, mas pelo espraiamento acelerado das relações típicas dos meios urbanos. O avanço do capital no meio rural é uma realidade consolidada no campo brasileiro, resultando no desaparecimento de vários traços da cultura de folk, invariavelmente daqueles utilizados como instrumentos produtivos e utensílios domésticos. Em contrapartida o artesanato artístico tem sido estimulado, paradoxalmente, pela política econômica da globalização.

No artesanato foi encontrado outro viés do saber ambiental presente no Projeto de Assentamento Darci Ribeiro como uma via de conservação da natureza, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. O assentado J. S. de A., por exemplo, desenvolvia também o ofício de artesão, trabalhando com cipó, extraído de dentro e nos arredores do assentamento.

As peças que o Sr. J. S. de A. confeccionava eram variadas: cesto, cesta, pato de cipó, galinha, árvore de natal, garrafão e outras peças, revelando que cada tipo de peça exigia um tipo de cipó diferente, que eram selecionados e extraídos ainda verdes.



Figura 4.21 – Artesanatos confeccionados com cipó
Fonte: arquivo pessoal, out/2009

Outro aspecto da cultura de folk presente no Assentamento que denota o saber ambiental é encontrar em algumas casas o uso da moringa (vaso de cerâmica usado para armazenar pequena quantidade de água destinada a tomar em casa) (Figura 4.22). Quando questionada por que ainda usava a moringa, Sr^a M. de L. diz: “*gosto da água dela, pois não gosto de água de geladeira. Ela é friinha, porque é de barro. Acho melhor a água do que a da geladeira.*” (Sic.)



Figura 4.22 – Moringa, usada por assentado
Fonte: arquivo pessoal, out/2009

Nessa direção, os assentados procuravam, no ambiente, alternativas para sua cotidianidade buscando usar diferentes formas de expressar sentimentos e valores já enraizados em sua cultura.

4.3.4 – Gestão ambiental do projeto de assentamento

A gestão ambiental do PA Darci Ribeiro estava a cargo exclusivamente da Associação dos Assentados. À primeira vista seria natural essa responsabilidade ser assumida pelos próprios exploradores da área, porém, como previsto em lei, a gestão ambiental cabe ao órgão responsável pela implantação da reforma agrária, e no caso presente, ao INCRA. Além da obrigação legislativa há de se levar em consideração a necessidade de se tomar medidas prioritárias para corrigir o passivo ambiental que o assentamento herdou e pelo saque de seus recursos naturais que vem sendo cometidos por

peessoas alheias ao assentamento, através de retirada de areia para construção civil e também de madeira de lei.

A fala do Presidente da Associação expressou melhor a gestão ambiental no Assentamento. Perguntado sobre a retirada da madeira, ele revelou a transferência da responsabilidade do INCRA para os assentados, afirmando que *“Continua porque a gente não fechamo a fazenda toda ainda né, temo o pensamento de fechar mas é quando a gente receber o projeto para trabalhar na terra”*.(Sic.)

Em seguida, o Presidente da Associação afirmou que se podia ver como os assentados estavam sozinhos e assumindo injustamente o passivo ambiental presente no Projeto de Assentamento porque: *“Ainda não fechamo por falta do projeto no valor de R\$ 20.000,00 para cada família pra poder a gente trabalhar na terra, então desses R\$ 20.000,00 nos vamo tirar o valor de dois ou três rolos de a*

83rame pra poder a gente fechar a fazenda”. (Sic.)

Neste particular, vale a pena observar a omissão do poder público, para “estancar essa sangria ambiental”, com relevante destaque para o INCRA, como proprietário do imóvel e responsável pela instalação do Projeto de Assentamento, e compartilhando essa responsabilidade com a ADEMA, órgão responsável pelo licenciamento ambiental, no descumprimento do Artigo 225 da Constituição Federal, que impõe ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente, previsto nos seguintes termos:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Constituição Federal)

A ausência do poder público nessa questão era contraditória e inconsequente. Afinal, os imóveis onde foi criado o projeto de assentamento têm matrícula no Cartório de registro de imóveis em nome do proprietário e neste caso o respectivo proprietário é o INCRA. Para efeito legal o proprietário é o responsável pelos erros e acertos que ocorram

na sua propriedade, logo a gestão ambiental do assentamento também é da responsabilidade do INCRA, como estabelece o dispositivo legal do Código Civil brasileiro no Art. 1228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

Por outro lado, como organismo coletivo, o assentamento passou por algumas dificuldades internas no estabelecimento da sua organização para discutir uma política de domínio da área do Projeto de Assentamento Darci Ribeiro contra a ação de terceiros que saqueavam seus recursos naturais, como areia e madeira de lei. Nesse campo de atuação coletiva faltava à comunidade uma educação dialógica, de modo que levasse esses sujeitos assentados a partir para uma ação coletiva libertária voltada a organização da produção econômica e esta integralmente imbricada com a gestão ambiental do Projeto de Assentamento.

Por ser a organização social do Projeto de Assentamento ainda incipiente, a gestão ambiental no que lhes competia como coletividade era também incipiente. Na verdade, ocorriam fatos *sui generis*: o Assentamento vinha sendo invadido e devastado por terceiros, em ações de pilhagens. Os intrusos chegavam de caminhão, cortavam madeira de lei ou outro tipo de madeira de relevante valor comercial como também extraíam areia para construção civil como se fosse uma jazida privada dos saqueadores. Apesar das várias assembléias e infundadas discussões para sanar esses problemas e outras questões internas, relativas ao meio ambiente, os problemas persistiam.

Enquanto os assentados faziam de tudo para conservar o meio ambiente, alertavam a respeito da reserva legal e das áreas de proteção permanente, como patrimônio da humanidade, o desrespeito vinham de fora sem o menor constrangimento dos saqueadores, que passavam por cima de quem quer que seja que pretendia impedir. O Presidente da Associação do Assentamento, quando questionado acerca desse problema, corroborou com a presente constatação e análise e assim se expressou:

“É um assunto até desagradável por um motivo porque esse pessoal que vem desmatar os nossos mato vem armado e aí a gente não pode nem fazer nada. Sobre isso o próprio IBAMA já foi informado.. Nós já tivemos até lá, falamos com o superintendente. O superintendente falou que ia mandar investigar ia mandar fiscalizar e por sinal passaram uma três semana e depois não passou mais e aí a gente tá embarcado nesse

negócio sem poder nem ir lá falar com eles, porque se nois vai é capaz de sofrer um acidente com a gente”.(Sic.)

No plano individual, a consciência ecológica dos assentados era incontestável. Também não poderia ser diferente, já que se tratava de camponeses que possuíam uma visão de mundo na relação com o meio ambiente, porque entendiam como fazer uso dos produtos extraídos. Isto é, eles dependiam do meio ambiente. Essa relação harmônica era verdadeira quando se observava a exploração dos recursos naturais pelos assentados desenvolverem-se de forma a retroalimentar, ou se preferirem, a ocorrer como uma prática agrícola vocacionalmente agroecológica.

A consciência ecológica dos assentados, que neste estudo ganha a definição de saber ambiental, estava representada na declaração de Dona M. de L., movida por um sentimento de amor e respeito ao meio ambiente, quando ela falava da sua rejeição à venda do látex da mangabeira solicitada por algumas pessoas de fora do assentamento:

“Então o povo de lá como queria que eu vendesse o leite da mangaba. Como eu morava aqui queriam que eu vendesse o leite da mangaba. Não! Jamais eu faço isso! Eu cortando um pau daquele, pra mim eu tô cortando uma vida que quanto eu tirei pra minha filha eu pedi permissão primeiro a Deus. Senhor eu não tô cortando pra mim ganhar, pra mim comer e sim pra remédio pra minha filha mas pra mim vender, jamais!. Aquele leite... chega o leite cá. (Sic)

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.0 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meio Ambiente, como objeto de estudo científico, de discussão governamental, de preocupação social, é um produto e um efeito das sociedades industriais. As primeiras vozes protestando contra a devastação da natureza se levantaram nos anos 50 do século passado, porém é na década seguinte que surge uma consciência ambiental por meio da publicação de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*, mas apenas no início da década de 70, desse mesmo século, na Conferência de Estocolmo, os governos dos países do mundo, reunidos pela ONU, passaram a discutir os problemas ambientais decorrentes do crescimento econômico (LEFF, 2001).

A expressão meio ambiente é um produto conceitual surgido na sociedade capitalista, resultante dos protestos contra as formas de exploração da natureza decorrente do processo da produção econômica industrial em todo o mundo. O uso dessa expressão surge, em 1972, na conferência de Estocolmo. Nessa conferência a expressão meio ambiente ganha corpo e força pela necessidade de equilibrar a biodiversidade no planeta, portanto, o discurso ambiental aparece como única solução para o planeta, daí a intenção ser um conceito mais amplo do que o de natureza, pois meio ambiente deve ser entendido como um espaço alterado ou não por processos culturais, onde ocorre a presença de seres bióticos e abióticos interagindo entre si, mesmo que os seres bióticos estejam presentes no ambiente numa escala reduzida. Em alguns ambientes a presença biótica chega a ser restrita, prioritariamente, aos seres humanos. Enquanto que natureza é apenas o conjunto da biodiversidade em espaços naturais em interação com os seres abióticos.

Pensar meio ambiente é estabelecer regras para a conservação dos recursos naturais como medida reparadora das consequências advindas do processo de exploração irracional do meio ambiente. A não observância de práticas de respeito ao meio ambiente é, em última instância, transformar tudo em mercadoria para aferir lucros, razão de ser do sistema capitalista. O consumo voraz e incessante de bens industrializados impõe uma pressão muito forte sobre os recursos naturais ao ponto de muitos desses recursos deixarem de existir ou afetar a existência de outros, prejudicando assim o equilíbrio ambiental no mundo.

Na verdade, o discurso ambiental e seus desdobramentos elaborados e materializados sob a égide do Estado até o momento é um processo de construção, isto é, uma forma de exploração do meio ambiente empreendida pelo modo de produção capitalista. Por isso, a condição *sine qua non* para que de fato o problema ambiental, que vem se agravando cada vez mais e recheado de ameaças de extinção da vida em escala planetária, seja revertido em nível satisfatório para a construção de paradigmas alternativos.

A constatação dessa assertiva é fruto da vasta pesquisa e está consolidada na realidade vivida pelos assentados do Projeto de Assentamento Darci Ribeiro, a qual nos deixam seguros do aprendizado obtido e confiante em considerarmos o caminho a ser seguido pelos sujeitos para solucionar o problema ambiental. De fato, fica patente neste estudo que o saber ambiental dos assentados, especificamente daqueles que estão assentados pela reforma agrária no Projeto de Assentamento Darci Ribeiro estão inscritos na lógica de conservação do meio ambiente já que desenvolvem princípios práticos para o desenvolvimento sustentável do assentamento.

O saber ambiental dos assentados, membros do campesinato, segmento social das populações tradicionais, é fruto de experiências acumuladas e repassadas de geração a geração advindas de tempos imemoriais vividas pelos seus antepassados. São experiências vividas nas relações internas homem/meio ambiente, como elemento parte de um mesmo corpo que interagem entre si, numa relação interdependente.

Os assentados ao fazerem uso da vegetação e de elementos da fauna local interferiram de duas maneiras, quais sejam: extrativismo e cultivo. A intervenção extrativista garante a existência da biodiversidade num nível equilibrado, permitindo assim o uso desses recursos naturais pela geração atual e também pelas gerações futuras.

O uso da mangaba ou do látex da mangabeira toma-se como símbolo da prática produtiva rural retroalimentar dos assentados. Percebe-se que as áreas com avançado crescimento urbano, resultado principalmente da especulação imobiliária, essa vegetação e outras silvestres comumente utilizadas pelos camponeses vêm desaparecendo num ritmo bastante acelerado, ampliando as dificuldades das populações tradicionais.

Fica comprovado que o extrativismo é uma prática rural essencialmente de conservação ambiental e somente praticado pelos segmentos das populações tradicionais, quer sejam assentados ou índios. Isso implica reafirmar que os assentados do Projeto de Assentamento Darci Ribeiro possuem saberes ambientais que garantem a sobrevivência desse grupo social e a preservação de muitas espécies da flora e da fauna ainda existentes na área do assentamento e do seu entorno.

O corte raso da vegetação nativa de pequenas áreas para dar lugar a outras vegetações cultivadas pelo uso de sistemas agrícolas de policultivos é outro indicador inquestionável da racionalidade ambiental dos assentados.

Constatou-se que não é mistério para as ciências que cuidam da relação homem/natureza que a agricultura comercial moderna, continuísmo da “plantation”, dada a dimensão de área cultivada que abarca, contínua ou descontínua, associada ao uso de tecnologias modernas, é responsável direta por grandes queimadas e severos desmatamentos que tem como consequência direta o desaparecimento de espécies da biodiversidade e de recursos ambientais abióticos a exemplo da água potável, secando nascentes e cursos d’água ou os poluindo irreparavelmente.

O oposto a essa realidade se faz presente na prática agrícola das pequenas propriedades por meio do cultivo diversificado de plantas, compondo assim sistemas agrícolas retroalimentares. Nesse sentido, afirmamos que a ampliação de mecanismos de defesa ambiental tem um endereço convicto, trata-se do fortalecimento e aceleração da reforma agrária. A reforma agrária como medida para ampliação e melhoria da qualidade dos assentados e, portanto, da implementação da agricultura familiar, é a via de fortalecimento do desenvolvimento sustentável. Essa afirmativa é corroborada pelos resultados do censo agropecuária de 2006, realizado pelo IBGE, onde revelar que apesar de ocupar 24,3% da área total dos estabelecimentos agrupecuários, a agricultura familiar é responsável por 38% do valor bruto da produção rural gerada no campo brasileiro.

As contribuições dos assentados do Projeto de Assentamento Darci Ribeiro para o desenvolvimento sustentável no uso de vegetação silvestre na alimentação humana revelam o grande potencial que as populações tradicionais possuem. Do total da vegetação

em geral utilizada pelos assentados, apenas para alimentação humano e remédio, entre cultivadas e silvestres, 39,28% são de vegetação silvestre, das quais 12,5% são usadas na alimentação dos assentados e 26,78 utilizadas como remédio. Esse quadro é bastante relevante para mostrar as contribuições dos assentados para o desenvolvimento sustentável, sobretudo porque a área do Projeto de Assentamento Darci Ribeiro e seu entorno se localiza numa microrregião praticamente devastada, no entanto, quase 50% dessa vegetação são de espécies silvestres.

Por fim considerou-se que a unificação das instituições do poder público na defesa ambiental poderia encontrar meios necessários e suficientes de valorizar e fortalecer o saber ambiental dos assentados e de toda a população tradicional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBALADEJO, C. **O diálogo para uma interação entre os saberes dos agricultores e os saberes dos técnicos: uma utopia necessária.** In: Hébette, J., Navegantes, R. (Org.) CAT-Ano décimo: etnografia de uma utopia. Belém: UFPA/CAT, 2000.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** Porto Alegre: editora da Universidade, 1998.

ALTIERI, M.A. **Agroecology: the scientific basis on alternative agriculture.** Colorado: Westview Press, Boulder, 1987.

AQUINO, R.S.L. de; FRANCO, D. de A. ; LOPES, O. G. P. C. **História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais.** São Paulo: ao livro técnico, 1980.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L.A. C. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOGO, A. **Lições da luta pela terra.** Salvador: edição popular, 1999.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação.** São Paulo: brasiliense, 1984.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Senado, Brasília, DF. 1988.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A **Metodologia científica.** São Paulo, Prentice Hall. 2002.

CHAMBERS, R; RICHARDS P; BOX L; **Agricultores experimentadores e pesquisa.** Rio de Janeiro: PTA, 1989.

CMMAD. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CURADO, F.F.; SANTOS, C.S; SILVA, F. Q; **Pré-diagnóstico participativo de agroecossistemas dos assentamentos paiolzinho e tamarineiro II**. Corumbá: EMBRAPA Pantanal, 2003.

DELLA TORRE, M. B. L. **O homem e a sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. v.1. Campinas: Autores associados, 1995.

DIEGUES, A. C. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução Rosicas Darcy de Oliveira. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____ **Pedagogia do oprimido**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____ **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FURTADO, R.; FURTADO E., **A intervenção participativa dos atores – INPA: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) 2000.

GARCIA JR, A . **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIDDENS A.; LASH S., **Modernização reflexiva política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GLIESSMAN, S.R.; **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

GODELIER, M. L'idéal et lê matériel. Paris: Fayard, 1984.

GOMES, M; SOUZA, A; CARVALHO. R. **Diagnóstico rápido participativo (DRP) como mitigador de impactos socioeconômicos negativos em empreendimentos agropecuários**. In: metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Markus Brose (Org.) Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.

HERRERA, A. O. **Meio ambiente, tecnologia e empobrecimento global**. Brasília: Ibama, 1990, In, Seminários Universidade e Meio Ambiente; Documentos Básicos. Brasília, 1990.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?i1>>. Acesso em: 15 jan 2010.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Fazenda Caibro, laudo de vistoria e avaliação Ago. 2005.

_____ Número de assentados da reforma agrária. Disponível em <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em 2 out 2009a.

_____ Sergipe: projetos de assentamento rural. Aracaju, 2009b. 1 mapa, color., 35,5 cm x 28 cm. Escala 1:400.000.

JAEGER, W. **Paidéia**: a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LEFF, H. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____ **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____ **Agroecologia e saber ambiental**. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, v.3, n.1, jan/mar., 2002.

MAAR, W. L. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MALINOWSKI, B. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

MARTINS, S. R.. **Desenvolvendo a sustentabilidade**. Texto elaborado a partir de outras publicações do autor como subsídio à sua participação na Mesa Redonda 1 do 42º CBO-2002: Energia, água e sustentabilidade – abordando o tema O desafio da sustentabilidade: um debate sócio-ambiental no Brasil. 2002.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MELO E SOUZA, R. **Redes de monitoramento socioambiental e tramas da sustentabilidade**. São Paulo: Annablume; Geoplan, 2007.

MORA, J. F. **Dicionário de filosofia**. Tomo I, II e III. São Paulo: Layola, 2001.

MOURA, M. M. **Camponês**. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, P. S. de, **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2000.

PORTO-GONCALVES, C.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

ROUÉ, M. **Novas perspectivas em Etnoecologia**: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: CASTRO, e; & PINTON, F (Org.) Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: CEJUP/UFPA-NAEA, 1997.

SACHS I. **Ecodesarrollo**: desarrollo sin destrucción. México: El Colegio de México, 1982.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI**. In: Para pensar o desenvolvimento sustentável. Marcel Birsztyn (org.) São Paulo: Brasiliense, 1993.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultura. São Paulo: Petrópolis, 2005.

SANTOS, J. L. dos, **O que é cultura**. São Paulo: brasilense, 1986.

SILVA, C. E. M. **Assentamentos e outras formas de apropriação da terra e agroecologia**. Encontro Nacional de Agroecologia. 2000;

SILVA, R. M; LOPES, E. S. A. **Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/EDUFS, 1996.

SPENILLO, G.M. D. **Lazer e comunicação na era da informática: interessoalidade ou automatismo? Um estudo de caso entre os reassentados do Projeto Brígida**. Recife: 1998. Dissertação (Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, p. 17-18. 1998.

TUPINAMBÁ, E. A. **Gestão ambiental na Reserva do Caju**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005. (Macroprograma 4. Transferência de tecnologia e comunicação empresarial. Projeto). Disponível em: <<http://www.cpatc.embrapa.br/caju/arquivos/projetogestaoambiental.pdf>>. Acesso em: 9 out 2009.

VEIGA, I. **Saber e participação na transformação dos sistemas de produção da agricultura familiar amazônica**. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 5., 2002, Florianópolis.

VIEIRA, R. S. Análise do papel do socioambientalismo na construção da democracia participativa brasileira. Consulta www.artigosbrasil.net/art/varios. em 31/10/2008.

WEIL, S. **O enraizamento**. Tradução Maria Leonor Loureiro, Editora da Universidade do Sagrado Coração – EDUSC, Bauru, 2001.

ANEXOS

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 2005

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, os imóveis rurais que menciona, e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 2º da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, os seguintes imóveis rurais:

I - "Fazenda Grovão", com área de quinhentos e vinte e nove hectares e setenta ares, situado no Município de Estância, objeto dos Registros nºs R-2-4.073, fls. 4.073, Livro 2; R-2-4.074, fls. 4.074, Livro 2; R-4-4.075, fls. 4.075, Livro 2; R-4-4.076, fls. 4.076, Livro 2; R-5-4.322, fls. 4.322, Livro 2; R-5-4.323, fls. 4.323, Livro 2; R-1-5.773, fls. 5.773, Livro 2; R-1-5.781, fls. 5.781, Livro 2; R-1-5.817, fls. 5.817, Livro 2 e R-6-825, fls. 825, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Estância, Estado de Sergipe (Processo INCRA/SR-23/nº 54370.000247/2001-36);

II - "Fazenda Boim Pastor", com área de trezentos e vinte e seis hectares e sessenta e seis ares, situado no Município de Itaporanga D'Ajuda, objeto do Registro nº R-1-2.821, fls. 2.821, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe (Processo INCRA/SR-23/nº 54370.000638/2004-01);

III - "Fazenda Caibto", com área de trezentos e vinte e seis hectares e sessenta e seis ares, situado no Município de Itaporanga D'Ajuda, objeto do Registro nº R-1-2.819, fls. 2.819, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe (Processo INCRA/SR-23/nº 54370.000637/2004-59); e

IV - "Fazenda Gruta Escura", com área de duzentos e vinte e nove hectares e vinte ares, situado nos Municípios de Cedro de São João e Aquidabã, objeto dos Registros nºs R-1-287, fls. 90, Livro 2-A e R-2-288, fls. 91, Livro 2-A, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cedro de São João, Estado de Sergipe (Processo INCRA/SR-23/nº 54370.000494/2003-02).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto os sementeiras, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes nos imóveis referidos no art. 1º e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fica autorizado a promover as desapropriações dos imóveis rurais de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e a manter as áreas de Reserva Legal e preservação permanente previstas na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de maio de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA
Miguel Soldatelli Rossetto

Nº 251, sexta-feira, 30 de dezembro de 2005

PORTARIA Nº 84, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2005

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DE SERGIPE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 29 do Regimento Interno desta Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 164, de 14 de julho de 2000, publicada no D.O.U. de 17 de julho de 2000,

CONSIDERANDO a necessidade de encaminhamento visando dar destinação ao imóvel rural denominado Fazenda Caibro e Bom Pastor, com área de 452,0520 ha (quatrocentos e cinquenta e dois hectares e cinco ares e vinte centiares), localizado no município de Itaporanga D'Ájuda, Estado de Sergipe, desapropriado para fins de Reforma Agrária através do Decreto de 25/05/2005, e cuja autorização para imissão de posse se deu em 07/12/2005;

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam à análise no Processo INCRA/SR-23/Nº 54370.000638/2004-01, decidindo pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado Fazenda Caibro e Bom Pastor, com área de 452,0520 ha (quatrocentos e cinquenta e dois hectares e cinco ares e vinte centiares), localizado no município de Itaporanga D'Ájuda, Estado de Sergipe, e que prevê a criação de 40 (quarenta) unidades agrícolas familiares;

II - Criar o Projeto de Assentamento Darci Ribeiro, Código SIPRA SE0139000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Superintendência Nacional de Desenvolvimento Agrário;

CARLOS ANTÔNIO DE SIQUEIRA
FONTENELE
Interino

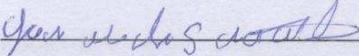
TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS, abaixo firmado e identificado, autorizo, graciosamente, a Universidade Federal de Sergipe, a utilizar minha imagem para fins da Dissertação de Mestrado sob título "O SABER AMBIENTAL DOS ASSENTADOS DO PROJETO DARCI RIBEIRO NO CONTRIBUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha minha imagem da forma que melhor lhe aprouver, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, CD ("compact disc"), CD ROM, CD-I ("compact-disc" interativo), bem como sua disseminação via Internet, sendo certo que o material criado destina-se à produção de obra intelectual.

Para tanto, poderá, a seu único e exclusivo critério, licenciar e/ou ceder a terceiros, no todo ou em parte, no Brasil e/ou no exterior, seus direitos sobre a mesma, não cabendo a mim qualquer direito e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Aracaju, 25 de fevereiro de 2010

Assinatura:  _____

Nome: **JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS**

End.: Assentamento Darci Ribeiro, Itaporanga D'Ajuda - SE

CI: 431.747 – SSP/SE

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, JOSÉ LUIZ SANTOS, abaixo firmado e identificado, autorizo, graciosamente, a Universidade Federal de Sergipe, a utilizar minha imagem para fins da Dissertação de Mestrado sob título "O SABER AMBIENTAL DOS ASSENTADOS DO PROJETO DARCI RIBEIRO NO CONTRIBUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha minha imagem da forma que melhor lhe aprouver, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, CD ("compact disc"), CD ROM, CD-I ("compact-disc" interativo), bem como sua disseminação via Internet, sendo certo que o material criado destina-se à produção de obra intelectual.

Para tanto, poderá, a seu único e exclusivo critério, licenciar e/ou ceder a terceiros, no todo ou em parte, no Brasil e/ou no exterior, seus direitos sobre a mesma, não cabendo a mim qualquer direito e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Aracaju, 25 de fevereiro de 2010

Assinatura: Jose Luiz Santos

Nome: **JOSÉ LUIZ SANTOS**

End.: Assentamento Darci Ribeiro, Itaporanga D'Ajuda - SE

CI: 736.297 – SSP/SE

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, MARIA DE LOURDES MOURA, abaixo firmado e identificado, autorizo, graciosamente, a Universidade Federal de Sergipe, a utilizar minha imagem para fins da Dissertação de Mestrado sob título "O SABER AMBIENTAL DOS ASSENTADOS DO PROJETO DARCI RIBEIRO NO CONTRIBUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha minha imagem da forma que melhor lhe aprouver, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, CD ("compact disc"), CD ROM, CD-I ("compact-disc" interativo), bem como sua disseminação via Internet, sendo certo que o material criado destina-se à produção de obra intelectual.

Para tanto, poderá, a seu único e exclusivo critério, licenciar e/ou ceder a terceiros, no todo ou em parte, no Brasil e/ou no exterior, seus direitos sobre a mesma, não cabendo a mim qualquer direito e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Aracaju, 25 de fevereiro de 2010

Assinatura: Maria de Lourdes Moura

Nome: **MARIA DE LOURDES MOURA**

End.: Assentamento Darci Ribeiro, Itaporanga D'Ajuda - SE

CI: 318.837 SSP/SE

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



Este questionário pretende coletar informações apenas para fins acadêmicos, ou melhor, para subsidiar a dissertação de mestrado, que tem como objetivo de estudo compreender os saberes ambientais dos assentados no Assentamento Darci Ribeiro. É interessante ressaltar que em hipótese nenhuma suas respostas serão utilizadas para outros fins, senão os objetivos que norteiam este estudo. Desde já agradecemos a sua valiosa participação.

Mestranda: Gislene Diniz dos Santos
Linha de Pesquisa: Planejamento e Gestão Ambiental

Apêndice A
QUESTIONÁRIO I
(Assentados)

1) Dados pessoais:

Nome: _____ Idade: _____
Apelido: _____ Estado civil: _____
Profissão _____ Escolaridade _____
Tamanho do lote _____

2) De que lugar você é?

3) Você trabalha em outro local?

() sim () não Onde?

4) O que você faz para viver?

() caça () pesca () planta () cria () outros O quê?

5) Como é que você planta?

6) Você usa algum agrotóxico? (veneno para formiga e outras pragas)

7) Você usa adubo químico?

8) Você desmata e/ou faz queimadas?

9) Você já recebeu alguma orientação para não usar agrotóxico e n/ao fazer uso de queimadas?

10) Sobre essa orientação?

Quem? _____

Como? _____

Quando? _____

Por quê? _____

11) Vocês recebem assistência técnica? De qual instituição?

12) Tem área de mata ciliar próximo de onde você mora?

() SIM () NÃO

13) Você retira alguma coisa da mata para viver? O quê?

14) Aqui nessa área tem algum riacho, alguma nascente?

() SIM () NÃO

15) Como é que está sendo o cuidado ao redor das nascentes desses riachos?

16) Qual o tipo de árvore que vocês mais derrubam? Por quê?

17) Qual o tipo de planta que vocês não derrubam? Por quê?

18) Quem ensinou vocês a plantarem e cuidar da natureza?

19) O que significa natureza para você?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



Este questionário pretende coletar informações apenas para fins acadêmicos, ou melhor, para subsidiar a dissertação de mestrado, que tem como objetivo de estudo compreender os saberes ambientais dos assentados no Assentamento Darci Ribeiro. É interessante ressaltar que em hipótese nenhuma suas respostas serão utilizadas para outros fins, senão os objetivos que norteiam este estudo. Desde já agradecemos a sua valiosa participação.

Mestranda: Gislene Diniz dos Santos
Linha de Pesquisa: Planejamento e Gestão Ambiental

Apêndice B
QUESTIONÁRIO II
(Lideranças)

I) Dados pessoais:

Nome: _____ Idade: _____
Apelido: _____ Estado civil: _____
Grau de escolaridade _____

II) Dados gerais

Nº de famílias: _____ Tamanho do lote _____
Dimensão da área do assentado _____

2.1) Há quanto tempo existe o Assentamento Darci Ribeiro?

2.2) Como se dá a organização dos assentados no Assentamento?

2.3) Quantas famílias são associadas? E como aconteceu o processo de associação?

2.4) Qual a finalidade da associação?

2.5) Como se deu a decisão de se organizar em associação?

2.6) Qual a periodicidade das reuniões dos associados no Assentamento

2.7) Quais as principais questões discutidas no Assentamento?

2.8) Vocês decidem no coletivo questões relativas ao meio ambiente? Quais?

2.9) Existe alguma orientação entre os associados de como utilizar a Reserva Ambiental do Caju?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



Este roteiro de entrevista pretende coletar informações apenas para fins acadêmicos, ou melhor, para subsidiar a dissertação de mestrado, que tem como objetivo de estudo compreender os saberes ambientais dos assentados no Assentamento Darci Ribeiro. É interessante ressaltar que em hipótese nenhuma suas respostas serão utilizadas para outros fins, senão os objetivos que norteiam este estudo. Desde já agradecemos a sua valiosa participação.

Mestranda: Gislene Diniz dos Santos
Linha de Pesquisa: Planejamento e Gestão Ambiental

Apêndice C

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Bom Dia ou Boa Tarde

- 1) Qual o seu nome?

- 2) O que se planta no assentamento?
 - a) O que é mais plantado?
 - b) como é que escolhe a área para plantar?
 - c) O Sr.(a) usa adubação? Que tipo: químico, esterco de vaca, galinha, húmus de minhoca, (compostagem)?
 - d) Onde e como consegue as sementes?
 - f) Além do que o Sr.(a) planta, que outra coisa gostaria de plantar no Assentamento? Por quê?

- 3) produção pecuária
 - a) O Sr.(a) cria animal? (abelha, galinha, vaca?)
 - b) Como o Sr.(a) cria? (solto, preso, compra ração?)
 - c) Além desses animais. Quais outros o Sr.(a) gostaria de criar? Por quê?

- 4) Você tem uma horta ou canteiro no fundo do quintal?

5) Quando e como são plantadas (nas chuvas, no verão, nas trovoadas, na lua cheia) em cova, direto no solo, canteiro, leira; usa enxada, é irrigada, é no seco, terra arenosa, terra argilosa, usa trator, arado puxado por animal; desmata, toca fogo, faz coivara, faz aceiro)?

6) Para curar doenças o Sr./Sr^a usa remédio do mato ou de farmácia?

a) (se usa remédio do mato)

- sabe fazer remédio do mato?

-com que mato cura que doença?

- como é que faz;

- como é que toma, e durante quanto tempo;

-onde encontra o mato, aqui no PA ou em outro lugar?

-com quem aprendeu, quando e como a fazer o remédio do mato?

- alguma vez toma remédio de farmácia?

- conhece algum caso aqui no PA de alguém que estava bem doente e tenha se curado com remédio do mato?

b) (se usa remédio de farmácia)

- acredita mais em médico do que nos ensinamentos antigos?

-nunca usou remédio de mato?

- não acredita em remédio do mato?

- não gosta de remédio do mato, mas já tomou alguma vez?

7) Extrativismo vegetal

a) assim como a mangaba, que outros frutos vocês catam no mato?

b) vocês pegam palha ou cipó para artesanato ou outra coisa?

c) O Sr(a) trabalho com palha, semente para fazer algo?

d) Como é que o Sr. (a) faz? (pedir detalhes)

e) Onde pega o material?

8) meio ambiente

a) Você sabe o nome de todo mato do PA? (ervas, árvores, arbustos, gramas, palmeiras, ramas do ar e do chão, cipó...);

b) Quais são os matos mais encontrados na área no PA e na redondeza?